

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Educação – FAE
Formação Intercultural de Educadores Indígenas – FIEI

Leandro Braz dos Santos

**HISTÓRIA DO PONTO DE VISTA PATAXÓ: TERRITÓRIO E VIOLAÇÕES DE
DIREITOS INDÍGENAS NO EXTREMO SUL DA BAHIA**

Belo Horizonte

Maio de 2017

Leandro Braz dos Santos

**HISTÓRIA DO PONTO DE VISTA PATAXÓ: TERRITÓRIO E VIOLAÇÕES DE
DIREITOS INDÍGENAS NO EXTREMO SUL DA BAHIA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção ao título de licenciado em Formação Intercultural para Educadores Indígenas na habilitação de Ciências Sociais e Humanidades.

Orientador: Professor Dr. Paulo Maia

Belo Horizonte

Maio de 2017

Dedicatória

Este trabalho dedico primeiramente a Tupã, o pai protetor e criador, que me deu a força necessária para concluir esse trabalho. Aos anciãos e anciãs Pataxó que já partiram mas deixaram a memória e a história da luta e do sofrimento para que meu povo não desaparecesse como muitos outros povos indígenas. E à minha família, meu pai, à minha mãe, aos meus irmãos e amigos, à minha esposa, companheira e amiga Patrícia.

Às pessoas que contribuíram para que eu pudesse cursar o FIEI, e as lideranças que possuem uma luta incansável pela garantia dos nossos direitos enquanto Pataxó e indígena. E especialmente à minha aldeia Barra Velha, a mãe do povo Pataxó, e ao meu avô José Sales, e ao meu bisavô Tururim.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Tupã pela força e sabedoria, aos anciãos que faleceram mas deixaram a sua história de luta e resistência, Honório, Epifâneo, Josefa, João Nascimento, Luciana (Zabelê), Alfredo, Luiz, Firmo dentre muitos outros. Aos que continuam vivos, Palmiro, Maria Coruja, meu avô Tururim e José Sales, José Ferreira, e a todas as lideranças que estão dando continuidade à luta deixada por esses anciãos que tanto sofreram.

A todos os professores do FIEI, em especial a Paulo Maia, Pedro Rocha, Edgar Barbosa, Charles Cunha, Rodrigo Edinilson, Ana Gomes, Maria Gorete e Shirley Miranda. E a todos os bolsistas que estiveram presente nessa jornada de quatro anos, com carinho a Paula Berbert, Bruno Guimarães e ao Guilherme.

Aos amigos e amigas que fizeram parte dessa caminhada, Saniwê, Tiago, Alessandro, Graziane, Vislandes, Romário, Cláudio Torres, Uilding. Emailson, Moisés e dentre outros. Por fim ao meu povo Pataxó e aos amigos Xakriabá.

“Quando o homem branco achou o Brasil, já tinha índio no mundo para contar a história para as pessoas”. (Tururim, ex-cacique de Barra Velha).

RESUMO

Essa pesquisa de natureza qualitativa foi realizada com objetivo de contar parte da história do povo Pataxó da aldeia Barra Velha, localizada no município de Porto Seguro – BA, e também da luta pelo reconhecimento da Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal. Busco valorizar a memória e a história dos anciãos e anciãs Pataxó, através das entrevistas é narrada a luta pela sobrevivência no “Fogo de 1951” e toda violação de direitos causada pelos policiais militares. E também a dos grandes guerreiros Pataxó pela demarcação e reconhecimento da terra, com à implantação do Parque Nacional do Monte Pascoal. Apresento quanto foi grande o sofrimento do meu povo durante quase uma década causado pela repressão do órgão responsável pelo Parque ao longo do ano de 1960. E por fim discuto a nova perspectiva do meu povo com a chegada da FUNAI e com a conquista e reconhecimento e demarcação da nossa terra, que foi conseguida com muito sofrimento das lideranças daquela época.

Palavras chave: História Pataxó, Território, Violações de Direito, Barra Velha.

ÍNDICE

• Introdução	7
• Cap. 1. O povo Pataxó do século XVII ao final do século XIX.	11
• Cap. 2. As lutas e Resistência Pataxó no século XX: O parque e o Fogo.....	22
2.1. Início do processo de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal.	24
2.2. As viagens e a luta de Honório Borges pelo Território Pataxó do Monte Pascoal.....	31
2.3. O fogo de 1951.	35
• Cap. 3. O Pós Fogo de 51: A luta de Epifânio para reconstruir Barra Velha. e o recomeço de uma nova vida.....	45
3.1. Honório Borges, Guerreiro ou Vilão.....	48
• Cap. 4 A homologação do Parque Nacional Monte Pascoal e os impactos na vida do povo Pataxó de Barra Velha.	52
4.1 A chegada do IBDF e o começo da restrição ao direito de viver da natureza.....	55
• Cap. 5 A luta pela conquista da Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal.....	61
• CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
• ANEXOS	71
• REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

Introdução

Me chamo Leandro Braz dos Santos, pertencço a etnia Pataxó. Nasci e resido na aldeia Pataxó de Barra Velha, que está localizada no município de Porto Seguro BA. A aldeia possui atualmente cerca de 485 famílias e, aproximadamente, 2 330 pessoas que sobrevivem da pesca, agricultura e principalmente da confecção e do comércio de artesanatos como colares, brincos, pulseiras entre outros.

O território atual da Aldeia é de 8627 hectares de terra, além dela existem mais sete aldeias, são elas: Pará, Campo do Boi, Meio da Mata, Boca da Mata, Caciana, Bugigão e Xandó que estão situadas neste mesmo território denominado “Terra Indígena Barra Velha”. E hoje está ocorrendo o processo de ampliação do TI Barra velha, e as 8 627 hectares irão ser ampliadas para 52 748 hectares e englobarão ainda as seguintes aldeias Pataxó, Guaxuma, Jitaí, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova, Corumbauzinho, Craveiro e Águas Belas.

O povo Pataxó pertence ao tronco linguístico Macro Jê, apesar de nossa língua estar em processo de revitalização, pelo fato de quase ser esquecida com o processo de colonização e nas tentativas de dizimar meu povo. Após o início desse processo de revitalização da língua Pataxó, que começou em 1999, foi dado o nome a língua de *Patxôhã* que significa “língua de guerreiro”.

Na nossa cultura conseguimos manter os elementos importantes como o nosso ritual sagrado chamado de *Awê Heruê* e vários dos nossos conhecimentos relacionados aos ciclos da natureza, das fases lunares, dos solos, florestas, do mangue e do mar que são essenciais para a nossa sobrevivência, pois tudo que fazemos depende desses conhecimentos. Ainda foi incorporado na nossa cultura as festas religiosas dos santos padroeiros da aldeia, o meu povo foi catequizado no século XVIII pelos padres capuchinos, então na maioria das aldeias Pataxó prevalece o catolicismo como religião branca, mas temos a nossa religião onde cultuamos e veneramos os espíritos e as forças da natureza que nos protegem e nos fortalecem espiritualmente.

Atualmente os elementos que mais caracterizam a cultura Pataxó são os artesanatos de sementes, com seus diversos modelos de colares, cintos e pulseiras, as pinturas corporais e a nossa musicalidade, além de outros fatores. Esses elementos são conhecidos em quase todo nosso país e até em alguns países europeus.

O presente trabalho trata de acontecimentos que marcam a história do povo Pataxó no século XX, que foram a implantação do Parque Nacional do Monte Pascoal no território onde meu povo habita, e o Fogo de 51. Busco dar visibilidade e valorização às memórias dos anciãos e anciãs Pataxó que presenciaram e viveram esses dois fatos, e ainda a luta pelo reconhecimento da Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal.

Comecei a pensar e desenvolver ideias sobre o trabalho, quando assisti a apresentação dos trabalhos de conclusão de curso da turma da Matemática, principalmente a do Everton que o título é “*Artesanatos de Sementes Confeccionados pelos Moradores da Aldeia Barra Velha*”. De acordo com essa pesquisa, os artesanatos de sementes surgem a partir de uma necessidade de buscar alternativas de subsistências e sobrevivência do Povo Pataxó causada pela criação do parque. Na sua monografia Everton Braz (2014, p.26) diz que com a implantação do Parque ocorreu uma difícil situação para os moradores da comunidade, pois não poderiam mais livremente caçar, pescar, plantar, e nem circular pelo território que já existia bem antes da criação do parque.

Em setembro de 2015 aconteceu na Faculdade de Educação o seminário “A História do Ponto de Vista Indígena: Violações de Direitos Indígenas e a Comissão Nacional da Verdade”, promovido pelo FIEI e coordenado e organizado pela habilitação Ciências Sociais e Humanidades.” A partir da discussão destes temas no seminário e nas oficinas de história oral, sintetizei como eu construiria esse trabalho.

No seminário foram abordadas muitas discussões que envolviam relatos de vivências do período da Ditadura Militar. Pessoas que passaram por todas aquelas atrocidades contaram seus sofrimentos e de seu povo. A partir destes relatos percebi que a memória é um fator fundamental e de grande valor para os povos indígenas, e através dela que é passada e contada à história, e esse elemento não poderia ficar de fora do meu percurso. Foi dessa maneira que definir a minha pesquisa.

Esse trabalho foi desenvolvido através de entrevistas, com as pessoas que viveram no período de implantação do Parque (1943-1961), relatos gravados no Seminário “Olhar Pataxó sobre o Fogo de 51” promovido pela Escola Indígena Pataxó de Barra Velha no ano de 2016, que teve como objetivo contar a história desse massacre através da memória das pessoas que viveram esse episódio. E nas oficinas de história oral do Seminário “A História do Ponto de Vista Indígena” e em documentos históricos, registros, artigos, monografias para mostrar que o Parque causou uma série de acontecimentos marcantes na vida de nós Pataxó, modificando a

vida cotidiana daquele período a tal ponto de começar uma luta contra o Parque e pela demarcação da terra.

No primeiro capítulo faço uma apresentação de várias informações que temos sobre meu povo desde o século XVII ao final do século XIX. Para levantar esses dados recorri a tese de mestrado da antropóloga Maria do Rosário apresentada à UFBA – Universidade Federal da Bahia – em 1977, consultei o livro *Inventário Cultural Pataxó* publicado em 2011 organizado pelo Instituto Tribo Jovens e o livro *Viagem ao Brasil*, do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied publicado na Alemanha em 1820. É importante sabermos destas informações porque analisaremos que a luta Pataxó em defesa do Território Pataxó do Monte Pascoal atravessa quase três séculos.

No segundo capítulo discuto o processo de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal e faço um breve resumo da luta do Capitão Honório para garantir o direito à terra. Por fim apresento o acontecimento que nós Pataxó chamamos de “Fogo de 51”, que é o fato que marca profundamente a história do meu povo e a memória dos anciãos e anciãs, que hoje estão vivos e sofreram na pele a tortura e os abusos dos policiais.

No terceiro capítulo apresento a luta que o respeitado líder Capitão Epifâneo teve para reconstruir a aldeia Barra Velha e como passou a viver o povo Pataxó depois do Fogo de 51, e faço uma discussão sobre a trajetória de Honório Borges, considerado uma figura importante para meu povo. Para construir esse dois capítulos tenho o suporte da memória dos anciãos Pataxó e o *Relatório Circunstanciado Identificação e Delimitação da Terra Indígena Barra Velha* de 1982.

No quarto capítulo discuto a homologação e implantação do Parque e apresento as modificações que isso causou na vida do meu povo através da chegada do IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal -. E no quinto e último capítulo apresento a luta das lideranças naquele período para garantir o direito a terra, e o resultado dessas lutas que é a conquista e reconhecimento da nossa terra, a chegada da FUNAI na aldeia. Esse fato abre uma nova perspectiva de vida para meu povo, com a construção de posto de saúde para atendimento médico as pessoas, implantação da escola para as crianças serem alfabetizadas. E também a conquista da Terra Indígena do Monte Pascoal ou Terra Indígena Barra Velha que é o bem maior do povo Pataxó de Barra Velha. Foi após o reconhecimento da terra pelo governo que meu povo conseguiu pensar e construir um futuro que tanto as lideranças mais velhas sonharam.

Eu posso dizer que hoje é o tão sonhado futuro, no qual estou vivendo graças a coragem e a persistência deles.

Este último capítulo elaborei com base na monografia de Everton Braz do Santos intitulada “*Os Artesanatos de Sementes Confeccionados pelo Moradores da Aldeia Barra Velha*” apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção ao título de licenciado em Formação Intercultural para Educadores Indígenas - FIEI – Habilitação Matemática. E relatos gravados de alguns anciãos Pataxó no Seminário “Olhar Pataxó sobre o Fogo de 51” e no Seminário “A História do Ponto de Vista Indígena”.

1. O Povo Pataxó do Século XVII ao final do XIX

Neste capítulo apresentarei uma pesquisa bibliográfica na tentativa de contextualizar as informações históricas sobre o povo Pataxó, em monografias, teses e livros de pesquisadores indígenas e não indígenas que ajudaram a reconstruir um passado que ficou desconhecido por séculos. Mas contar a história do povo Pataxó é um trabalho delicado e minucioso por haver poucas informações bibliográficas a que dispomos restam lacunas a serem preenchidas. Para reconstruir um passado pouco conhecido é necessária uma boa bibliografia, a história oral isto é, a memória dos anciãos. E para começar a falar do meu povo cito um relato do grande sábio Kanatyó, que é professor, cacique, pajé e vive numa aldeia Pataxó em Itapecerica - MG:

“Cada povo tem a sua própria história. Cada ser que habita na terra tem a sua história e seu próprio jeito de fazer história. Cada povo tem um conhecimento sobre seu próprio mundo. Cada povo tem seus valores, suas sabedorias que são guardadas num livro grande que se chama memória. Na memória do nosso povo tem histórias tristes, de medo, de alegria, de sofrimento, de fracasso, de êxito e coragem. Cada dia que se vai é uma história. Cada dia que se vem é uma outra história. Cada dia devemos ficar mais atentos para registrarmos nossa história. Conhecendo bem o nosso passado, poderemos construir bem o nosso futuro”. (Cada dia é uma História, Profs. Pataxós de MG, 2001 p.11 SEF/MEC/SEE-MG).

Com este relato percebo que para construir uma história é necessário existir um povo, mesmo que seja formado por unidades ou por milhares, e os povos indígenas tem muito a ensinar ao mundo porque o nosso conceito de história está ligado à nossa maneira como nos relacionamos com a natureza, no modo como vivemos e construímos o cotidiano e na cosmologia do mundo. Diferente dos homens brancos que constroem sua história a partir de uma outra linha de pensamento que visa a destruição e exploração do espaço onde vivem.

De acordo com livro *Inventário Cultural Pataxó* publicado em 2011, as primeiras informações sobre o povo Pataxó de cartas e documentos escritos em meados do século XVIII, precisamente no ano de 1763, período em que a Coroa Portuguesa criou uma renovada política econômica que tinha como base transformar a algumas capitânicas em grandes produtoras de alimentos. Deste modo, Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo sofreram mudanças significativas para dar seguimento a este projeto. Em Porto Seguro neste mesmo ano foi criada uma ouvidoria

que tinha como objetivo executar esta política da Coroa e para isso era necessário catequisar e civilizar os índios que habitavam as regiões do entorno da capitania.

Outra informação que temos sobre o povo Pataxó é de 1788 em uma carta do Padre Cypriano a Coroa Portuguesa informando que “nas vizinhanças do Monte Pascoal e nas suas fraldas está situada as aldeias do gentio chamado Pataxó, que saem muitas vezes à praia para pescar tartarugas”. (Inventário Cultural Pataxó, 2011, p.20).

No século XIX reaparecem novas informações sobre meu povo. Segundo a Antropóloga Maria do Rosário que fez os primeiros estudos sobre meu povo, a notícia que se tem é da atual região onde está localizada a aldeia Barra Velha de um ofício encaminhado pelo governador Francisco de Cunha Meneses ao Visconde de Anadia, em 1805, em que o governador cita ter encarregado ao capitão-mor da capitania de Porto Seguro a competência de explorar as barras e rios desta capitania e ao final lhe enviar um relatório de suas observações. E o capitão-mor descreve no seu relatório ter encontrado boas terras para qualquer tipo de plantação, principalmente da cana e os índios que habitavam aquela localidade tinha sido removido para a vila do Prado pelo Ministro José Xavier Machado com o intuito de civilizá-los.

Pouco tempo depois desta referência citada pelo capitão-mor, conforme Maria do Rosário, em 1808 o desembargador Luiz Thomas de Navarro menciona meu povo num registro na sua passagem pelo Prado, onde encontrou essa vila numa total decadência pelos ataques dos índios que habitavam aquela região. E os moradores da localidade atribuíam os maiores ataques aos Pataxós e Botocudos.

E nesse mesmo período aparecem novamente notícias sobre o povo Pataxó, de acordo com a Carta Régia de 18 de Julho de 1808 o território habitado pelo meu povo tinha se transformado em um palco de grandes guerras para a conquista destas terras pela Coroa e “a área prioritária de ação foi entre a Vila Viçosa e o Rio de Cumuruxatiba, seguindo este diretamente a lagoa grande pelo lado norte do Monte Pascoal” (Inventário Cultural Pataxó, 2011. p.29). Como podemos perceber os conflitos entre índios e colonos eram intensos e devastadores, por Dom João VI instituir a violência contra os povos indígenas que resultou na chamada Guerra Justa, para conseguir seus objetivos econômicos. A Guerra Justa foi declarada com intuito de exterminar os povos indígenas para a Coroa tomar posse das suas terras e distribuir para os colonos produzir e desenvolver o sistema econômico que estava sendo criado. E essa medida autorizou o extermínio de todos os povos que habitavam as regiões desde Ilhéus ao Espírito Santo, dentre os quais estavam os Pataxós, Botocudos, Tupiniquins e Kamacãs. E

seus territórios tomados e devastados para construção de vilarejos e fazendas. Esse era o sentido de Justo para a Coroa, destruí os povos indígenas para beneficiar os interesses econômicos e coloniais da família Real. (Inventário Cultural Pataxó, 2011, p.28 – 29).

Os relatos mais detalhados sobre povo Pataxó, do território, modos de vida, das alianças e rivalidades com outros povos são do período de 1815 a 1817, quando um viajante, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied descreve no seu livro “*Viagem ao Brasil*” publicado na Alemanha em 1820, o seu contato com os povos que encontrou na sua expedição ao Novo Mundo.

Conforme descreve Maximiliano nós, os Pataxó, naquela época eramos povo nômade, ou seja, que não habitava um lugar fixo, e estávamos dividido em vários outros grupos que habitavam as regiões litorâneas do Espírito Santo banhadas também pelo Rio Doce e Rio São Mateus denominado de Cricaré, e os rios do extremo sul da Bahia da região de Mucuri a Belmonte, nesta imensa área encontra-se os rios Mucuri, Jucuruçu, Pardo e Contas; as margens desses rios que era o habitat do meu povo e de outros do grande tronco linguístico Macro-Jê que por ali viviam.

Maximiliano começa sua expedição no Rio de Janeiro, e começa subir para o norte da colônia explorando a região litorânea. Ao chegar ao Espírito Santo começa uma expedição para explorar o Rio Doce. Já no final de 1815 e no começo de 1816, ao chegar à barra de São Mateus encontrou confluência de vários rios, e diz que as florestas daquela região eram “povoadas por tribos livres de selvagens” entre eles, os Pataxós, Cumanachos, Maxakali e Botocudos, e também confirma sobre a existência de conflitos entre indígenas e os colonos, por causa da grande diversidade e abundância de madeira de qualidade que existia naquela região. (WIED-NEUWIED, Maximilano, 1820, p. 157).

Após ter percorrido toda a região costeira do Espírito Santo, Maximiliano chega ao Sul da Bahia e novamente menciona na sua descrição da região ter encontrado os Pataxó na vila do Prado:

“Eram da tribo dos Pataxós, dos quais não vira nenhum até então, e tinham vindo, havia poucos dias, das florestas para as plantações. Entraram na vila completamente nus, sopesando as armas, e foram imediatamente envolvidos por um magote de gente. Traziam para vender grande bolas de cera, tendo nós conseguidos uma porção de arcos e flechas em troca de facas e lenços vermelhos.

Esses selvagens não têm nenhuma aparência extraordinária, não são nem pintados nem desfigurados: Alguns são baixos, a

maioria é de estatura meã, um tanto delgados, de caras longas e ossudas, e feições grosseiras [...] Comida era o principal desejo.” (WIED-NEUWIED, Maximiliano, 1958, p. 168).

Em outra passagem, Maximiliano ainda descreve uma visita dele a um acampamento recém-abandonado do meu povo nas proximidades do Rio Caí, em Cumuruxatiba ao norte da vila do Prado:

“Os índios do lugar vivem do produto das plantações, da caça e sobre tudo da pesca; razão porque, no bom tempo, são vistos frequentemente em canoas, pelo mar. Voltam com grande quantidade de pescados, e em volta das choças¹, espalham os cascos, os crânios e ossos das enormes tartarugas”. (WIED-NEUWIED, Maximiliano, 1958, p. 218)

Ainda de acordo com Maximiliano os Pataxó mantinham relações amigáveis com outras etnias que habitavam essas regiões. Os Maxakali é o povo que Maximiliano mais observou afinidade e semelhança com os Pataxó, tanto na linguagem quanto nos costumes. Segundo Maria do Rosário o Príncipe na viagem de volta ao rio grande Belmonte encontrou uma mulher Maxakali que entendia a língua dos Pataxós, e ficou impressionado ao ver o diálogo entre a mulher pertencente ao povo Maxakali com alguns membros do povo Pataxó: “coisa muito rara; porque, sendo os últimos, de todas as tribos aborígenes, os mais desconfiados e reservados, é difícil a uma pessoa, que não pertença à tribo, aprender-lhe a linguagem”. (Cf. em CARVALHO G. Maria do Rosário 1977, p.76-77).

Entre nós, os Pataxós e Maxakali sempre existiu um laço muito forte, como vimos acima bem observado por Maximiliano. No relato abaixo, Kanatyto fala dessa amizade entre Pataxó e Maxakali:

“A nossa história vem de muito longe, vem percorrendo nossa trilha de vida, e quando for falar essa história de nossos velhos de nossos antepassados, da época do período colonial, onde nosso povo tinha um imenso território, que era um território tradicional muito grande e extenso, era um território onde vivia muitos povos, e Pataxó e Maxakali são dois povos irmãos, que eles são do mesmo tronco e da mesma árvore, então esse território que era tradicional, o povo Maxakali e Pataxó vivia nesse mesmo território, e eles sempre viviam sua vida, coletando, caçando, fazendo troca, dentro desse grande território que começava nas matas do litoral da Bahia e vinha para o Espírito Santo e subia para Minas Gerais, então esse contato do litoral, das matas do litoral ao centro de Minas, sempre houve, entre nós e Maxakali, porque os velhos sempre dizia pra nós, que nós tínhamos parentes mais para dentro das matas, sempre teve esses parentes mais pra dentro das matas, e nas histórias antigas que

¹ Choças eram as antigas moradias do Povo Pataxó construída de galhos e com a cobertura de folhas de palmeiras.

os velhos contam é que Maxakali e Pataxó eles faziam festa junto, eles caçavam junto, eles coletavam junto no mesmo território, e até casavam entre si, então havia essa relação de Pataxó e Maxakali [...].” (Trecho de uma conversa com Kanatyó Pataxó em 2014).

Os Maxakali, segundo Maximiliano possuíam contatos com várias vilas do Espírito Santo e do Sul da Bahia, eles intermediava o contato entre alguns grupos Pataxó e moradores de algumas vilas. Segundo Maria do Rosário (1977. p.74) de acordo com um ofício do subdelegado de polícia de Prado Marciano de Jesus Fontoura, os Maxakali foram o primeiro povo a ser pacificado por volta de 1807 e tinha sido através deles que cinco nações Pataxó foram pacificadas. Mas existiam grupos Pataxó que não tinham contato pacífico com as vilas principalmente os do Rio Pardo e Contas.

Os anciãos do meu povo contam através das histórias que nós, Pataxós, não éramos completamente nômades como descreve Maximiliano e outros estudiosos. Da mesma maneira que existem atualmente diversas aldeias e grupos Pataxó, no passado também existia, espalhado por todas aquelas regiões onde ele explorou. Segundo Maria do Rosário existia diversos “bandos” Pataxó divididos em Meridionais e Setentrionais: “Os bandos, por sua vez, viveriam em quatro limites espaciais básicos, ou seja, entre o Rio de Contas e o Pardo (Pataxós setentrionais), e o Rio de Santa Cruz Cabrália e S. Mateus (Pataxós meridionais).” (CARVALHO G. Rosário Maria, 1977, p.107)

Segundo conta os anciãos Pataxó, nossos antepassados viviam seis meses cultivando a terra e três meses viajando percorrendo o território fazendo trocas de diversos produtos como alimentos e artefatos, e também para fazer intercâmbios culturais com outros povos, dentre os quais os Maxakali e outros que viviam no litoral, eles ajudavam nas guerras contra os Botocudos, que também habitavam essas regiões, sempre ocorriam disputas por território, pelos melhores lugares de caça e pelas mulheres. Segundo contam alguns anciãos Pataxó, os Botocudos invadiam as aldeias Pataxó e levavam diversas mulheres, e da mesma maneira os Pataxó atacavam as aldeias dos Botocudos e raptavam muitas mulheres.

Em relação às disputas e rivalidades Pataxó com outros povos, Maximiliano analisa que naquele período meu povo possuía um desafeto muito grande com os temidos Botocudos, que habitavam a mesma região que nós, os Pataxó. E desse modo aconteciam guerras devastadoras nas florestas.

Atualmente não existem mais tantos grupos de Botocudos quanto naquele período, restaram apenas seus descendentes que conhecemos como Krenak ou Borúm. E hoje podemos

perceber os traços deixados por essa rivalidade principalmente na língua Pataxó que possui palavras pertencente à língua dos Botocudos. Como *miãga* que significa água e *jokana* que significa mulher, essas palavras pertencem à língua Botocudo e são utilizadas no vocabulário Pataxó.

Quando Maximiliano teve esse contato e escreveu essas observações sobre meu povo, muitos grupos Pataxó enfrentavam uma imensa batalha pelo território, como vimos no início deste capítulo. Após o ano de 1816, com o passar das décadas, pouco a pouco o imenso território descrito por Maximiliano, habitado por meus antepassados Pataxó e outras etnias foi sendo tomado, e em seu lugar foram criando fazendas e vilarejos e os povos cada vez mais sendo espremidos em minúsculos espaços. Assim, a maioria foi perseguida e forçada a fugir para o centro do Brasil e para a região Nordeste os Maxakali e Pataxó foram para outros territórios em outras regiões, principalmente para o sul da Bahia e Minas Gerais.

A maioria destes grupos, como uma boa parte dos Pataxó e Maxakali, foram forçados à pacificação e conviver com as vilas do litoral do Sul da Bahia. Mas restava uma quantidade de indígenas que viviam mais ao norte, próximo a Belmonte e Ilhéus, que não tinham sido pacificados, como os Pataxó Setentrionais – grupos que viviam entre o rio Contas e Pardo –, assim denominados por Maria do Rosário (1977, p.107).

Após estas informações que temos do povo Pataxó em 1816, através Príncipe Maximiliano não temos mais informações relacionada ao meu povo. Segundo Maria do Rosário, apenas a partir do ano de 1844 a 1860 que aparecem alguns requerimentos dos habitantes do Prado ao Presidente da Província da Bahia, solicitando providências contra os índios bravos que estariam assaltando as roças e tirando a vida dos colonos. Mas nesses requerimentos não são feitas atribuições desses ataques a uma etnia específica. Suponho que entre esses indígenas estariam grupos Pataxó que habitavam a região do rio de Contas e Pardo que estavam buscando refúgio nas florestas ao redor do Prado, pelo fato de analisar a informação escrita por Maria do Rosário que os últimos grupos Pataxó a serem pacificados foram os Setentrionais.

Apenas em 1857 de acordo com Maria do Rosário (1997, p.78) que meu povo é referido sutilmente num ofício novamente do subdelegado de polícia do Prado onde ele cita que ainda existiam índios da nação Pataxó não-pacificados no entorno de Prado. Durante todo esse período de falta de informações sobre o povo Pataxó, como foi falado anteriormente, aconteceram diversos ataques de grupos indígenas não especificados à vila do Prado. E os

moradores desta vila, através do subdelegado de policia, encaminharam vários requerimentos ao Presidente da Província da Bahia, solicitando providências em relação aos índios que ainda não eram pacificados que viviam naquela região.

Tendo como base o trabalho de Maria do Rosário, posso dizer que foram pensadas algumas medidas para apaziguar aquela situação de declínio em que se encontrava a vila do Prado. A primeira foi uma tentativa de transferência daqueles índios para Alcobaça ou para aldeias de índios considerados “mansos”. Mas a alternativa encontrada foi a criação de uma aldeia nas margens do Rio Corumbau para fixar aqueles índios. Desse modo, em 1861 o Presidente da Província da Bahia Antônio da Costa Pinto decretou em Assembleia Provincial a criação de uma aldeia para os índios que estavam vivendo naquela região de Prado:

“[...] há centenas de famílias, ora nas brenhas, e ora na referida vila, sem caráter hostil é verdade, mas persistente em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no Rio-Corumbau em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e a salga, se retiram para as matas” e ainda a respeito da criação da aldeia que “as terras são fertilíssimas e tem proporções para grandes fazendas, mormente para criação de gado um padre, pois, que sabia com doçura encaminhar para a verdade o espirito desta gente... Será suficiente para tira-los da vida que têm vivido abrindo-lhes os tesouros da civilização”. (RCID, Território Indígena Barra Velha, 1982. Processo: 2556/82. fls. 21 e 22).

Segundo Maria do Rosário neste mesmo ano o Diretor Geral dos Índios concorda com a decisão do Presidente da Província quanto à criação de uma aldeia para agrupar aqueles indígenas, e encaminha ao Subdelegado Geral das Terras o documento para a criação da aldeia.

É através da criação dessa aldeia que é quebrado o silêncio que existia sobre meu povo durante 44 anos que se passaram, desde os relatos de Maximiliano. E podemos perceber através do discurso do Presidente da Província qual era a finalidade dessa aldeia: transformar meus antepassados em agricultores e a igreja teria como papel, através dos padres, de torna-los indivíduos cristãos integrados à civilização. Em um raciocínio semelhante a este, Luís Guilherme Resende de Assis na sua dissertação de graduação apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília em 2004, diz que:

“A criação de Barra Velha é resultado de deliberações da sociedade regional e corresponde a satisfação de necessidades dos colonizadores, como se verem livres de ameaça física, abrir possibilidades produtivas - o que acarreta, necessariamente para época, o desmatamento da Mata Atlântica – ou planejar a conservação para o futuro político da colônia.” (ASSIS, Luís Guilherme Resende, 2004, p.20).

Um fator é certo, sabemos essa aldeia que foi criada por ordem de Antônio da Costa Pinto Presidente da Província como uma providência às solicitações de ajuda dos habitantes do Prado. Só não sabemos quanto e quais foram as demais etnias que nesta aldeia se estabeleceram, além dos Pataxó. Hoje sabemos que há uma grande probabilidade de que alguns Maxakali também foram estabelecidos neste local.

Inicialmente os Padres Capuchinos nomearam a aldeia de Bom Jardim por causa da grande quantidade de jasmims que tinha entorno dela. Mas posteriormente esta aldeia recebeu o nome de Barra Velha, e sobre este fato falarei mais à frente.

Com a criação de Bom Jardim para “agregar os vários grupos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê que se espalhavam pelos sertões da Comarca de Porto Seguro, destacando-se dentre eles os Pataxó, que formavam o principal grupo que ocupava em torno do Monte Pascoal” (Inventário Cultural Pataxó 2001, p.34). E essa aldeia facilitou a pacificação da região que estava sob ataque e a liberação de terras para o avanço da agricultura e pecuária e o aumento da exploração de madeira da região do Prado.

Para a criação desse aldeamento, os padres capuchinos de Prado saíam pelas pequenas florestas que restavam à procura dos povos que ainda viviam na região para convencê-los a se fixar em um único local, então nesta aldeia foram aldeados em sua maioria os Pataxós e algumas famílias de Maxakali, que tinham laço parentesco com meu povo através de casamento, e Tupiniquins e Kamakãs.

Como consequência da criação deste aldeamento, nas vilas da região emergiu um movimento de expulsão dos considerados índios “mansos” destas localidades pelos proprietários de terras e deste modo mais indígenas foram sendo levados para a nova aldeia, como diz o trecho a seguir;

“Os proprietários de terras da região aproveitaram o momento da criação do novo aldeamento para a liberação de terras que eram ocupadas também pelos índios mansos que habitavam as vilas criadas no século XVIII. Um movimento para expulsar os índios de verdade eclodiu nas vilas de Alcobaça, Viçosa, Belmonte, Porto Alegre, Trancoso e Verde, exigindo que essas povoações fossem habitadas apenas por brancos, mestiços e negros, sendo os indígenas também transferidos para o aldeamento do rio Corumbau. Desta forma, muitos índios de origens Tupiniquins, Menian, Maxakali e Botocudos, que estavam vivendo nos termos dessas vilas, foram obrigados a se deslocarem para a nova aldeia, fazendo que sua origem comportasse vários grupos indígenas.” (Inventário Cultural Pataxó, 2011, p.34).

Um fator que devo destacar, é que mesmo forçado pelo governo daquela época a se fixar em um único lugar através do aldeamento compulsório, o meu povo continuou mantendo relações com outros povos que ainda circulavam pela região do Monte Pascoal. Segundo os anciãos Pataxós a aldeia foi criada próximo ao lugar sagrado onde aconteciam os encontros com outras etnias há séculos, como diz o relato de Arawê um ancião Pataxó que é primeiro professor de Cultura e Língua da Escola Indígena de Barra Velha e fez um trabalho muito importante no incentivo e fortalecimento cultural:

“A História tem que ser contada pelos troncos, de onde começou, não pelas pontas, tudo tem começo na vida. Do que eu sei, e do meu pai e minha mãe falavam dos mais velhos, que os troncos daqui de Barra Velha era o João Vicente Ferreira e sua esposa Maria. A Maria fazia contato com outros Povos indígenas que passavam por aqui. Eles se encontravam no Céu². Havia outras famílias que moravam por essa região, mas a família do João Vicente era quem residia aqui. Agora tinha outros índios que passavam alguns tempos, depois mudavam para outros lugares, que tinha mais peixes, mais caça. Convivia aqui andado, mas os que moravam em Barra Velha era essa família do João Vicente e a Maria com seus quatro filhos: Vicentinho, Epifânio, Marcelo e Emilio. Quando a Maria ia encontrar com os outros índios ela se preparava. Aí a velha preparava nos momentos em que os índios chegava, ela sabia o dia que eles chegavam. Ela falava a língua, e era quem se comunicava com os outros índios que não falavam o português, só falava no idioma deles. Ela fazia kawĩ e beijú naquele tempo. Aí eles marcavam o dia e ela esperava eles lá. Aí no dia, ela se preparava com urucum, passava no corpo, para não ter outro cheiro diferente, se tivesse outro cheiro eles achava estranho. Ai lá no Céu eles faziam as manifestações deles. Lá cantavam e dançavam. Eles traziam pedras preciosas, faziam as rodas de pedras no terreiro e começava o ritual. No outro dia eles seguiam pelo litoral e ia embora para outras matas. Ela ficou muito tempo sendo chefe dessa comunidade de Barra Velha. Aí ela morreu. Quando ela morreu acabou os encontros. Teve outras pessoas que tentaram fazer o encontro, mas não souberam fazer [...] Aí eles se afastaram e não vieram mais. Aqui era a travessia deles, desses índios que viajava o litoral. Eles desciam o rio Mucuri ao Jequitinhonha. E os Pataxó andavam, andavam, mas não esqueciam de Barra Velha. Rodava, rodava, mas sempre estava em Barra Velha [...] Só que eles também misturaram com outros índios que convivia aqui. É como a língua Pataxó, ela fala palavra que está bem distante daqui. É o Tupinambá, Tupiniquim, Maxakali, e cada palavra dessas está em todas as áreas. É por isso que aqui fala palavras de outro povo”. (Uma História de Resistência Pataxó, 2007, p.11-12. Texto original está em Itálico).

² Céu é um lugar ao norte da aldeia onde tudo era mata fechada. Existe até hoje e fica localizado no ponto mais alto da aldeia.

Após a criação da aldeia em 1861, ficamos sem qualquer notícia relacionada ao meu povo e até mesmo sobre essa aldeia. De acordo com Maria do Rosário a única referência sobre a região onde a aldeia foi criada é de 31 anos depois da sua criação, já no final do século XIX no ano de 1892 e não menciona o nome Bom Jardim ou de índios. É citado apenas o nome “Barra Velha, perto de Caraivamemuan”. (CARVALHO G. Rosário Maria, 1977, p.83).

Como conclusão destas informações, digo que neste período o nome da aldeia já tinha mudado de Bom Jardim para Barra Velha. Segundo os anciãos Pataxó este nome Barra Velha foi dado pelo fato de que com o passar dos anos a barra do rio Corumbau, que era próximo à aldeia se deslocou e se afastou para seis quilômetros em direção ao sul. Esse fenômeno da natureza fez com que mudasse seu nome de Bom Jardim para Barra Velha porque o antigo lugar onde a barra existia fica próxima à aldeia.

Depois desta informação sobre a aldeia onde meu povo foi aldeado, apenas no século XX no ano de 1939 que aparece informações sobre Barra Velha quando uma esquadrilha sobrevoou e aterrissou na aldeia, sob o comando do Almirante Gago Coutinho - geógrafo e navegador português, realizador da 1ª travessia aérea do Atlântico Meridional, em 1922 – que estava em viagem até Porto Seguro para comemoração ao 439º aniversário da “descoberta do Brasil”.

Estando na aldeia o Almirante escreve sua observação da população que ele encontrou. É um relato duramente pejorativo do olhar de um homem branco sobre um povo que muitos não acreditavam existir mais até aquele exato momento.

“Deixamos a aldeia Barra Velha às primeiras horas da madrugada. É desolador o aspecto de miséria do povoado onde passamos a primeira noite... Temos vistos caboclos inteiramente abandonados. Caboclos doentes e analfabetos. Na aldeia Barra Velha, encontramos uma pequena população descendentes de Tupiniquins. Todo mundo é doente. Uns atacados pelo impaludismo, outros pela verminose.” (Carvalho, 1977, p.84).

“Os caboclos que são descendentes dos Tupiniquins, são indolentes. Vivem da caça e raramente atiram suas redes ao mar [...]” (Carvalho, 1977, p.84).

O termo “descendentes de Tupiniquins” foi dado ao povo Pataxó de Barra Velha por Gago Coutinho, pelo fato de meu povo naquele período estar totalmente esquecido, não se falava que existia mais índios em Porto Seguro. Segundo alguns anciãos quando as pessoas viram os aviões fazendo manobras sobre a aldeia, muitas correram e adentraram nas matas e ficaram meses escondidas, amedrontadas por causa daquela máquina voadora desconhecida, as pessoas não tinham o conhecimento do que estava acontecendo com o país pelo pouco contato

que tinha com a sociedade e muito menos a noção do que aquelas pessoas estranhas estavam fazendo na aldeia.

De acordo com o trabalho de Maria do Rosário (1977) para Gago Coutinho e sua comitiva foi sem dúvida um acontecimento histórico, por eles terem “descoberto” que existia índios naquela região - “Foi, de fato, um conagraçamento luso-brasileiro: buscava-se reviver, 400 anos depois, “o mesmo espetáculo”, no qual Gago Coutinho, “encarnando a figura de Pedro Álvares Cabral”, recebeu flores de índios “tupiniquins [Pataxó] vindos de 20 léguas... com aquela mesma expressão dos seus avós que receberam, em 1500, as caravellas lusas: mixto de curiosidade e satisfação” (Castro 1940: 117). Aos visitantes ilustres, o prefeito de Porto Seguro, Carlos Martins, ofereceu pedaços de pau brasil, confeccionados, na serraria de Caraíva, “por caboclos descendentes dos Tupiniquins e Aymorés”, e “vinhos usados pelos primitivos, inclusive o “cauim”.

Após o ano de 1939 os Pataxó ganharam destaque na Bahia por acontecimentos que marcam a história mais recente do meu povo. No seguinte capítulo apresentarei uma pequena parte desta história do povo Pataxó no século XX. Esse é um período que trouxe muitas incertezas e o começo de uma luta incessante que durou mais de 30 anos para garantir a demarcação do território Pataxó. Ao longo destas três décadas, meu povo viu-se novamente à beira de uma nova ameaça de extinção. Para hoje estarmos contando a história de um povo guerreiro que sobreviveu a colonização e a muitos outros projetos de destruição dos índios brasileiros, temos que relembrar grandes guerreiros Pataxó que já nos deixaram, mas continuam vivos em nossas memórias. Então no próximo capítulo falarei também sobre fatos marcante na existência de nós Pataxó e da luta pela permanência no território e sobrevivência.

2. A luta e a resistência Pataxó no século XX: O Parque e o Fogo.

Para início de conversa temos que relembrar um pouco do que estava acontecendo em nosso país e com os povos indígenas nas primeiras décadas do século XX. No ano de 1910 é criado mediante ao decreto 8.071 de 20 de junho deste mesmo ano, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/TN), vinculado ao Ministério da Agricultura e Indústria. A partir de 1918 passou a ser chamado apenas de SPI, o Serviço de Proteção aos Índios.

O SPI foi projetado com o objetivo de prestar assistência a todos os povos indígenas do território nacional e afastar a Igreja Católica com seu sistema de catequese dos povos indígenas, seguindo os princípios republicanos de Estado Laico. O alicerce deste projeto era a ideia de “transitoriedade”, em que todos os índios seriam transformados em trabalhadores nacionais, por meio de métodos educacionais de “nacionalização”.

Esses métodos não eram muito diferentes dos utilizados pelos europeus com as missões jesuítas no século XVI. De acordo com PPA – Plano Plurianual – da FUNAI “as principais iniciativas do SPI voltavam – se para a “pacificação” e sedentarização de povos indígenas em áreas que eram denominadas de colonização recente”. (PPA FUNAI, 2012 – 2015 p.25).

Em 1928 por meio do Decreto nº 5.484 do SPI, foi institucionalizada a tutela dos povos indígenas, ou seja, foi negada a autonomia aos índios e todos passaram a serem tratados como crianças e incapazes de agir por conta própria. Uma instituição do governo brasileiro passou a ser responsável por toda e qualquer questão relacionada aos povos indígenas. E devemos recordar que é nesse período, em que se inicia a ideia ou perspectiva dos índios abandonarem seus modos de vida para se tornarem “brancos ou civilizados”. O SPI era responsável em fazer os povos indígenas chegarem à civilização, e para isso teria que passar por algumas etapas “evolutivas” no chamado processo de transitoriedade, até se afastarem completamente de suas culturas e se tornarem civilizados. Civilizados no sentido de transformarem-se em trabalhadores rurais, seria essa a definição futuramente para os povos indígenas, ao chegar a nesse ponto seria a tal integração na comunhão nacional e civilização. A seguir veremos como funcionava o projeto de civilização dos povos indígenas proposto pelo governo daquela época:

“Os indígenas eram enquadrados num projeto civilizatório baseado no paradigma evolucionista e subjacente às ideias

positivista dos criadores do SPI. Para cada “tipo” de indígena, propunha-se uma ação específica: por exemplo, a pecuária, seria desenvolvida em terras apropriadas, como as grandes pastagens, e controlada a partir de um posto indígena diferenciado – de atração, tratamento, nacionalização etc. Dependendo do grau de sedentarização dos indígenas, seriam demarcadas áreas maiores ou menores para o desenvolvimento da produção agrícola. A categorização relacional de indígenas e terras visava a sua transformação em trabalhadores nacionais ou pequenos produtores rurais, sendo estimulada no aprendizado formal das escolas dos postos ou ensino prático das oficinas mecânicas instaladas no posto”. (PPA FUNAI, 2012 – 2015 p.27).

A partir de 1934 inicia-se o regime de exceção, em que Getúlio Vargas e os militares tomam conta do poder e declaram o Estado Novo e outorgaram a Constituição de 1934. Nessa Constituição que é criado o Código Florestal com as primeiras leis ambientais brasileiras, inclusive a que criava os Parques Nacionais. Entretanto também garantia aos índios a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas, dando competência ao Estado para legislar sobre as questões referente aos índios.

2.1 O processo de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal

Começando a falar da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, referido daqui para frente como PNMP, devo chamar a atenção para a visita do Almirante Gago Coutinho à aldeia Barra Velha em 1939, como veremos não foi por acaso. Tudo foi articulado e planejado para execução de um projeto do Governo Vargas em parceria com o Estado da Bahia.

Em 1938 segundo Maria do Rosário o Presidente Getúlio Vargas dá início à criação de uma comissão denominada de “Comissão do Descobrimento” que tinha como objetivo definir o ponto exato do descobrimento do Brasil, e era composta por várias pessoas: “Bernardino José de Souza (Presidente), Coronel Nery da Fonseca, Capitão de fragata Antônio Alves Câmara Júnior, Comandante Luiz Alves de Oliveira Belo e Engenheiro Civil Christovam Leite de Castro; do Prefeito de Porto Seguro, Carlos Martins”. (CARVALHO G. Rosário Maria, 2008 p.208). Ainda de acordo com Maria do Rosário o governo naquele ano tornou o Extremo Sul da Bahia alvo de um projeto econômico grandioso, onde seria construído um porto e o recurso para executar esse projeto, grande parte seria da cobrança de imposto sobre a extração de madeira e da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal. Então, em 1939, em companhia do Almirante Gago Coutinho, seus membros já estavam trabalhando em fazer “O completo levantamento topográfico do Monte Pascoal, sua exata situação geográfica; bem como traçados que mais diretamente o [ligassem] às cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália” (Decreto No. 11.892 de 2 de maio de 1941)”. (CARVALHO G. Rosário Maria, 2008 p.207). O trabalho desta comissão era consideravelmente grande como diz o trecho a seguir:

“O plano de trabalho da comissão previa a colocação de um marco no ilhéu de Coroa Vermelha; a fixação de um cruzeiro monumental no local do continente onde Cabral fincou a cruz de posse e mandou rezar a segunda missa do Brasil; a criação de um parque nacional em torno do Monte Pascoal; a distribuição dos trabalhos de campo, cabendo aos técnicos da Marinha o levantamento hidrográfico do trecho da costa baiana da foz do rio Buranhém até a embocadura do João de Tiba, e aos técnicos do Ministério da Guerra, o levantamento da região do Monte Pascoal, ‘na mesopotâmia entre os cursos do Carahyva e do Corumbal; e o exame da situação jurídica da terras objectivadas na criação do parque’ (ib.:193-5).”. (CARVALHO G. Rosário Maria, 2008 p.203).

Podemos perceber, que não foi apenas Gago Coutinho que passou por Barra Velha, ele estava acompanhado de uma equipe que estava executando estudos de localização e levantamento topográfico que foram traçados como objetivos da Comissão do Descobrimento. E o Almirante

faz seu registro da estadia na aldeia e em momento algum menciona a presença de índios, apenas “caboclos e descendentes de Tupiniquins”. Eles sabiam que naquela localidade viviam índios, mas não da maneira como a sociedade enxergava aquele que era considerado índio “verdadeiro”, meu povo falava o Português e tinha contato com povoados da região. E esses fatores que caracterizavam a ideia de transitoriedade, fez com que o Almirante julgasse meu povo como apenas descendentes de indígenas.

Como já foi falado anteriormente meu povo era tão inocente naquela época, que não tinha a mínima noção do que aquelas pessoas estavam fazendo na aldeia. Muitas ficaram com medo e outras ficaram surpresas. É repugnante a observação registrada em relação aos modos de vida da minha aldeia naquele período. Conforme Maria do Rosário, os Pataxó foram chamados de indolentes pela rápida impressão que os visitantes tiveram da população e dos meios de sobrevivência, que eram basicamente a caça e a pesca e o cultivo de pequenas roças. (CARVALHO G. Rosário Maria, 2008 p.202)

Após a rápida estadia em Barra Velha a equipe segue rumo ao Monte Pascoal para atingir seu objetivo, “ao cabo de oito dias, o Monte Pascoal foi atingido e realizada, com dificuldade, a sua escalada. Finalmente, ao amanhecer de 03 de maio, no pico do monte, foram desfraldadas as bandeiras do Brasil e da Cruz de Cristo. Durante cinco horas os participantes permaneceram no cume (ib.:77)”. (CARVALHO G. Rosário Maria, 2008 p.202).

Conforme Maria do Rosário Passados dois anos após a equipe da “Comissão do Descobrimento” ter feito seus estudos no Monte Pascoal, em junho de 1941, essa comissão reuni-se com vários membros do governo brasileiro no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, com a presença do secretário do Interior e de Justiça do Estado da Bahia, senhor Lafayette Pondé. Nessa reunião foi realizada a exposição e apresentação dos estudos realizados no Monte Pascoal, através de um relatório elaborado por dois membros que faziam parte da equipe:

“O Relatório continha as medidas iniciais do levantamento topográfico da região do Monte Pascoal, produzidas por dois dos membros da comissão e que deveriam ser complementadas por aero-fotogrametria, providência considerada indispensável à instalação do PNMP, conforme afirmação, em maio de 1942, de Lauro Sampaio, secretário do Diretor Regional do IBGE/Conselho Nacional de Geografia (Cx. 2406, Maço 224, Doc. 1104)”. (CARVALHO G. Rosário Maria, 2008 p.208).

É impressionante que neste relatório não há qualquer referência à presença indígena na região do Monte Pascoal. De certa maneira meu povo foi obscurecido pela “Comissão do

Descobrimto” da sociedade naquela época. E como vimos no capítulo anterior, há relato que os Pataxó já habitavam a região do Monte Pascoal em 1763.

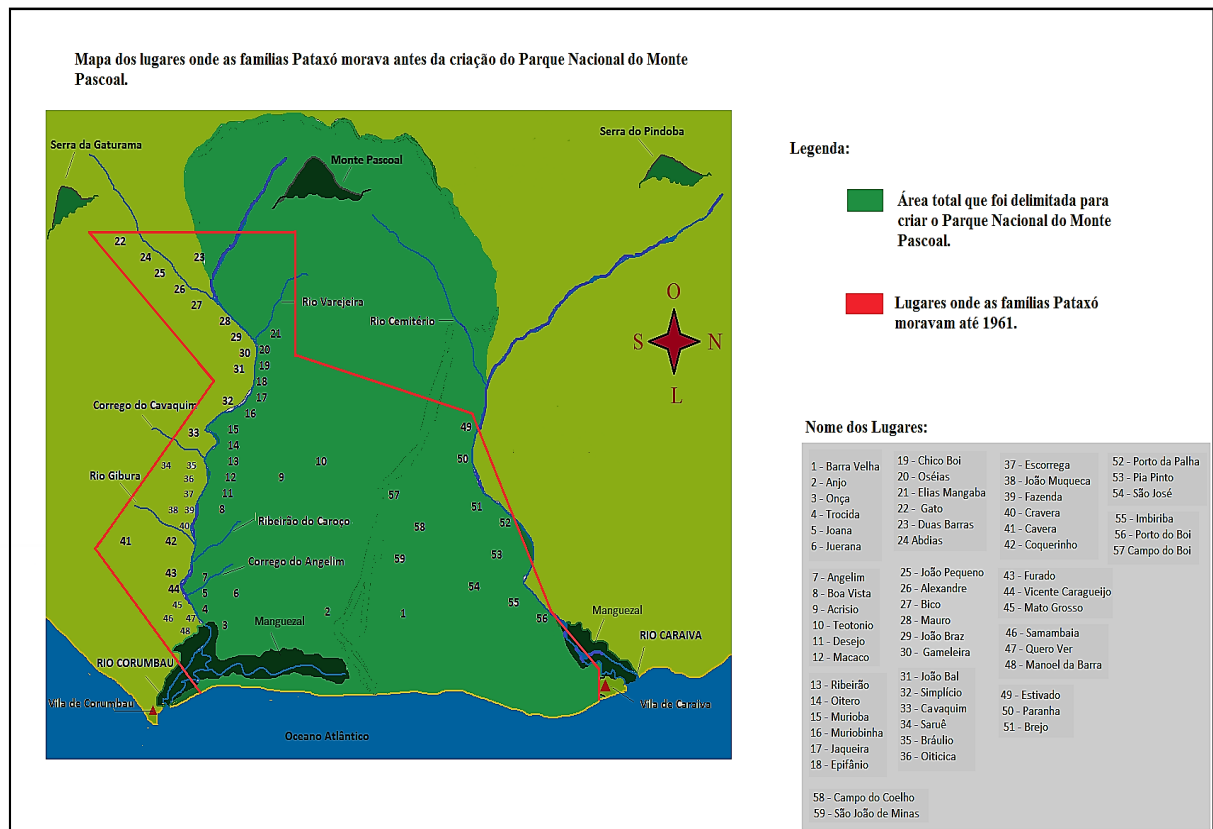
Então, em 1943, dois anos após esta reunião da “Comissão do Descobrimto” é publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia o decreto de criação do PMNP – Parque Nacional do Monte Pascoal:

“O Diário Oficial do Estado da Bahia de 19 de abril de 1943 publica o Decreto-Lei No. 12.729 que cria o Parque Nacional do Monte Pascoal com prerrogativa de monumento nacional, com os objetivos precípuos de rememorar o fato histórico do descobrimto do Brasil; preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas; e conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que possam desenvolver o turismo. De acordo com o seu Art. 3, ficava reservada para a constituição do PNMP uma área delimitada em relação ao Monte Pascoal, ou seja, ao Leste, a linha costeira do Oceano Atlântico; ao Norte, a margem direita do rio Caraíva, desde a sua foz até a embocadura do seu afluente Guaxuma e, quando alcançado este ponto, a margem direita do rio Guaxuma até sua nascente; a Oeste, uma linha reta ligando a nascente do rio Guaxuma à nascente do rio Corumbau; e ao Sul a margem esquerda do rio Corumbau, da nascente do mesmo rio até sua foz no Oceano Atlântico¹. **O Art. 4º. autorizava o governo do Estado a desapropriar, quando necessário, as terras e benfeitorias pertencentes a terceiros, incluídas na área demarcada, de acordo com o Art. 3º.** (DOU de 19 de abril de 1943)”. (CARVALHO G. Rosário Maria, 2008 p.209, grifo meu).

Decretado a criação do PNMP pelo Governo do Estado da Bahia, o passo seguinte era fazer a delimitação da área onde o parque seria estabelecido. Para desenvolver esse trabalho foi criada uma equipe de engenheiros chefiada por Aurelino Costa Barros conhecido entre o povo Pataxó como Dr. Barros. E esta equipe era formada ainda por os Drs. Milton, Darques, Marcelo e Renato.

Não sabemos ao certo qual a data precisa da chegada de Dr. Barros à aldeia Barra Velha, mas o ano foi ainda 1943. Naquela época a aldeia era bem pequena, possuía apenas quatro famílias, a Ferreira, Nascimento, Alves e a Braz. E quem era o chefe da aldeia, como dizem os mais velhos o Capitão³ era o Honório – um personagem importante na história do povo Pataxó -. Nada muito diferente do que encontrado pela “Comissão do Descobrimto” em 1939. As demais famílias estavam espalhadas pelo território nas margens dos Rios Corumbau e Rio Caraiva como apresentado no mapa abaixo.

³ Capitão era a denominação dada para a pessoa que chefiava a aldeia nas décadas de 1940 a 1970.



Mapa 1: Esse mapa foi adaptado a partir de um outro mapa de Anarí Bonfim encontrado no livro *Leituras Pataxó: Raízes e Vivências do povo Pataxó nas Escolas* publicado em 2007. Este mapa apresenta todos os lugares onde o povo Pataxó habitava antes da criação do PMNP. Grande parte destes lugares foi abrangido pelo parque, principalmente os lugares nas margens do Rio Corumbau.

Ao chegar na aldeia os engenheiros perceberam que a região era muito densa e de difícil acesso e para conseguir fazer a delimitação do PNMP teriam que ter ajuda dos habitantes da localidade, ou seja, dos índios Pataxó de Barra Velha que conheciam cada trecho das florestas, animais, rios e seus afluentes. Os anciões contam que o Dr. Barros iludiu meu povo, ele fez uma reunião e explicou que ele iria fazer um trabalho de medição da terra que seria dada para o povo pelo governo. Dr. Barros conseguiu convencer as pessoas a ajuda-lo nessa delimitação e a comunidade escolheu as pessoas que iriam acompanhar os engenheiros nesse trabalho.

Dentre as pessoas que guiaram Dr. Barros pela floresta e carregando seus equipamentos, estavam: meus dois bisavôs Francisco e Antônio Braz, o Epifânio, Patrício, Manoel Suía, entre outras pessoas. Todos da aldeia ficaram felizes pensando que o governo estava demarcando suas terras e ajudaram os engenheiros na execução deste trabalho, como diz o relato de meu avô José Sales uma das lideranças mais velhas da minha aldeia, no Seminário “*Olhar Pataxó sobre o massacre de 51*”, promovido pela Escola Indígena Pataxó Barra Velha, sendo que seu pai e seu avô trabalharam junto com o Dr. Barros:

“Em 42 os índios andavam com suas próprias pernas dentro de suas áreas, dentro de suas florestas, dentro das suas reservas porque eles não tinham limite deles andarem. O que foi que o governo da Bahia fez? Passando aqui acho de avião ou não sei o quê. E viu esse território bonito. E em 43 ele mandou fazer essa medição, e os próprios índios foram trabalhar também, enganados pensando que essa terra era para eles. Que o meu pai trabalhou, Patrício trabalhou, Manoel Suía trabalhou, o velho Epifânio trabalhava. Então, quando eles perguntavam ao engenheiro, chamado Dr. Barros, o que ele falava: “Não sei o quê que é, depois da terra demarcada eu falo para vocês, o que é, que eu estou fazendo aqui”. E os índios continuaram trabalhando, ele demarcou do lado de lá de Caraiva que chama o Bangalô, do lado de lá tem um marco, de lá foi a Corrida onde tinha um campo de aviação, lá tem outro marco, de lá foi para o Montinho, do Montinho desceu a Serra da Gaturama e concluiu num lugar aqui em baixo num lugar chamado Bunda da Nega. Quer dizer, tinha muito fazendeiros nestas terras, o que foi que aconteceu ele colocou o limite de um rio ao outro do Caraiva ao Corumbau”. (Relato de José Sales 71 anos, Aldeia Barra Velha 2016).

O trabalho de demarcação do Parque Nacional Monte Pascoal só foi concluído graças à ajuda das pessoas de Barra Velha que acompanharam Dr. Barros. Se elas não ajudassem, os engenheiros não teriam conseguido medir a área do parque. Alguns anciãos contam que Dr. Barros e sua equipe e as pessoas que os acompanharam passaram grandes dificuldades. Dona Maria Coruja uma anciã muito respeitada na aldeia contou no Seminário que ela era criança em 1943 e presenciou um fato impressionante de Dr. Barros na sua caminhada para demarcar o PNMP como veremos no trecho a seguir:

“Aí veio esse parque. O parque veio, para acabar com nós, para acabar com nós. Mas culpado disso... culpado disso, era o governo que tinha, que não gostava de índio. Aí botou Dr. Barros, para medir essas terras. Eu não estava aqui, aqui em Barra Velha eu estava lá no Paranha⁴. Junto com minha tia, Vicentina ela estava lá, me levou e eu fui. Quando chegou lá, titia veio fazer uma farinha cá na casa de tia Macié, casa do velho Olegário, marido dela. Ai quando titia estava torrando a farinha, estava mexendo a farinha, pontou umas pessoas, que nós olhemos, era Dr. Barros, Manoel Pé de Suía, eu nem sei quem era os outros, eu sei que era uns quatro engenheiros com Dr. Barros. Eles foram chegando, titia estava fazendo farinha, tia Macié estava torrando, eles foram chegando meus irmãos junto do forno e comendo farinha murcha⁵, foi comendo farinha murcha. Aí titio Olegário disse: “Antônia vai fazer um café para dar para eles”. Antônia foi fez esse café e trouxe, deu a eles. Pois,

⁴ Um lugar que está situado a 28 km da aldeia Barra velha próximo a aldeia Campo do Boi e da aldeia Meio da Mata.

⁵ É o resultado da primeira parte da preparação da farinha, quando a massa é aquecida e surge os grãos de farinha ainda mole.

então eles estavam bebendo café e comendo farinha murcha, titio disse assim: “Olha as meninas, vai entra lá no chiqueiro, pega uma leitoa e mata, para dar para eles comer”, as meninas foram pegaram essa leitoa mataram, pelaram, cuidaram, limpavam e botaram no fogo. O que que ele fez? Ele comeu a carne da leitoa ferventada⁶, que ele estava morto de fome, Dr. Barros, mais os outros engenheiros, na casa de tia Macié, ali no Paranha. Quando eles saíram dali, foram para casa da velha Gertrudes, saíram de lá, foram lá para o Severo, do Severo foram para o Estivado, do Estivado foram para a boca do rio, tudo assim ele, Dr. Barros. Mas eles saíram de cá, já tudo comido, comeram farinha murcha, comeram carne de porco ferventada e tudo eles comeram, medindo isso aí oh, medindo aí [medição do PNMP]. Os mais velhos pensavam que era para o bem, né não? Ele estava medindo e nós pensando que era para o bem. Mas minha gente podia botar na cabeça, podiam imaginar que isso não iria dá certo, isso ia dá problemas. Olha aí o problema que está dando, está vendo? Então bem, da gente não sofrer mais, agora vamos sofrer”. (Relato de Dona Maria Coruja 70 anos, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016)

Segundo Maria do Rosário citando o relato do falecido Sr. Manoel Suía, “a medição de Dr. Barros, foi feita em três etapas, com pequenos intervalos; a primeira etapa requereu um mês, a segunda cerca de vinte e cinco dias, e a terceira, 15 dias” (2008, p.214). E conforme a memória de alguns anciãos Pataxó, após a finalização dos trabalhos pela equipe de Dr. Barros, meu povo foi tão ingênuo e iludido que realizou uma festa na aldeia Barra Velha em comemoração destas terras que o governo teria dado para o povo. E os engenheiros participaram desta festa.

Executado a delimitação a área total abrangida pelo parque é de 22.500 hectares, tendo como limites naturais os Rios Caraíva e Corumbau. Toda a área que foi medida por Dr. Barros em 1943 era habitada por índios Pataxó, principalmente próximo ao Rio Corumbau como mostra o mapa 1. Até então, as pessoas da aldeia estavam acreditando que o Dr. Barros teria feito essa demarcação em favor do povo, e aquela terra seria de nós Pataxó e reconhecida pelo governo da Bahia e pelo brasileiro. O senhor Palmiro, me falou em uma conversa que após a festa que a comunidade preparou para os engenheiros, o Dr. Barros pediu que para os homens que tinha ajudado eles a fazer essa medição irem no dia seguinte em Caraíva receber o pagamento. No dia seguinte, as pessoas que tinha trabalhado foram cedo para Caraiva, e chegando no lugar marcado onde seria feito o pagamento que era numa mercearia, o Dr. Barros já estava aguardando o pessoal. Feito o pagamento o Dr. Barros falou que aquelas terras que eles tinham medido não era do meu povo, que toda a área medida era do governo e que a partir

⁶ É uma expressão utilizada para descrever que o alimento ainda não está cozido.

daquele momento se tornaria um parque e todos que moravam em Barra Velha teriam que desocupar a aldeia. E daquele momento em diante ninguém tinha o direito de cortar uma vara ou até mesmo botar uma roça.

Essa notícia causou um grande desespero dentro da aldeia, todas as pessoas ficaram com medo de perder suas terras para o governo. É a partir desse medo de perder a terra que começa a luta pela garantia de nossas terras. E então aparece o nome Capitão Honório Conceição Borges que foi a liderança Pataxó a iniciar essa luta árdua pelo reconhecimento de nossas terras, como veremos a seguir.

2.2 As viagens e a luta de Honório Borges pelo Território Pataxó do Monte Pascoal

Estamos em 1949, já se passavam seis anos que Dr. Barros tinha feito a delimitação da área onde seria implantado o Parque Nacional do Monte Pascoal. A minha aldeia Barra Velha vivia amedrontada de uma repentina perda das terras para o governo. Ninguém na aldeia sabia o que poderia ser feito para impedir que o governo tomasse as nossas terras que já era habitada pelo meu povo há vários séculos.

Segundo contam os anciãos, uma vez o Capitão da aldeia Honório que era a liderança mais velha e respeitada pelo meu povo daquela época foi até Caraíva numa missa, ao término da missa ele foi até a mercearia comprar alguns mantimentos. Lá começou a conversar com o dono da mercearia e o Capitão explicitou para o dono da mercearia sua preocupação com as terras de seu povo, que estava correndo o risco do governo chegar e expulsar todos da aldeia. O dono da mercearia falou para Honório que tinha ouvido falar que no Rio de Janeiro tinha um órgão do governo que chamava SPI, que era responsável por defender os direitos dos índios e que lá no Rio de Janeiro que moravam “os homens do poder”.

Voltando para aldeia o Honório reuni o povo e fala sobre esse tal SPI, e diz que ele iria até o Rio de Janeiro buscar o direito de seu povo diretamente com o presidente do SPI. Naquela época o pessoal escolheu mais duas pessoas que acompanhariam o Capitão nessa viagem, que foi o Manoel Caititu e Leôncio. Essas três pessoas que iniciaram a luta Pataxó pela reivindicação e reconhecimento da Terra Indígena do Monte Pascoal.

O Capitão Honório e seus companheiros enfrentaram uma dura e sofrida viagem a pé até o Rio de Janeiro, que durou quase dois meses. A primeira informação que temos de Honório em sua caminhada em busca dos direitos do meu povo à terra, é de uma carta escrita em Niterói a seu pedido para o SPI, datada de 1º de Setembro de 1949. Como veremos a seguir num trecho da carta, Honório mostra sua angústia e o medo do seu povo em perder a terra.

“Niterói, 1 de setembro de 1949, O Capitão Onoro pede a vossa excelência um auxílio para os pobres chefe da ardea de índios Belo Jardim Monte Pascoal. Manda pedir roupa para minhas crianças e pesso ferramentas para o meu trabalho faso em pedido que não deixe de atender. Pesso a favor que não deixe o “pessoal da índia” tomar minhas terras eles estão tentando panhar. Ardea dos índios Belo Jardim que fios asina de Porto Seguro na Bahia. (SPI Processos Nos. 4073/49 4 619/51 I.R. 1949)

No trecho apresentado o Capitão Honório pede que o SPI não deixe o “pessoal da Índia” tomar suas terras, ao usar esse termo entendendo que ele refere-se ao governo e aos engenheiros que fizeram a delimitação do PMNP. Segundo os anciãos Pataxó, “da Índia” era um termo usado para designar aquelas pessoas que utilizam da esperteza e da conversa para enganar as outras.

Ao chegar no SPI esta carta de Honório, se torna elemento de uma longa tramitação entre as Inspetoria Regionais de diferentes estados. Do Rio de Janeiro essa carta foi encaminhada para Teófilo Otoni, em Minas Gerais, de lá foi encaminhada para Recife até chegar no Posto Indígena Caramuru, já no Sul da Bahia. Todo esse percurso da carta durou mais de um mês e Honório continuava no Rio de Janeiro aguardando o auxílio do SPI. Como bem conhecemos os órgãos públicos brasileiros, o pedido de ajuda do Capitão Honório ficou percorrendo diferentes IR – Inspetorias Regionais – e nenhuma apresentava qualquer medida para atender a solicitação feita por Honório. Segundo escreve Maria do Rosário, esta seria a resposta encaminhada de Recife pelo chefe Raimundo Dantas Carneiro ao Rio de Janeiro para a solicitação feita por Honório,

“Achei por bem devolvê-lo, com as seguintes sugestões: 1º.) Quanto ao pedido do capitão ‘Onoro’, sobre tecidos e ferramentas, esta I.R. não pode atender, pelo menos presentemente, por falta de verbas; 2º.) Quanto ao último tópico, referente ao “pessoal da Índia” não sei a que se reporta o suplicante. Caso acheis conveniente a ida de um Inspetor para verificar in-loco o que existe, poderá esta I.R. indicar um dos servidores, que desde logo apresento na pessoa do Inspetor Alísio de Carvalho ou Sílvio dos Santos que residem na região”. (Relatório de Circunstanciado de Identificação do TI Pataxó do Monte Pascoal, 2008, p.217 – 218).

Como podemos perceber as soluções apresentadas pelo chefe da IR de Recife não eram nada animadoras, imagino o quanto Honório e seus companheiros ouviram de mentiras dos agentes do SPI. Depois dessa resposta, à solicitação de ajuda feita por Honório, começa uma demorada definição de qual agente iria averiguar na região que morava o Capitão Honório a situação descrita por ele na carta. Apenas em 20 de Dezembro de 1949, três meses após a solicitação de ajuda feita por Honório é que o SPI define um agente para verificar a situação descrita na carta em que se encontrava a aldeia.

Segundo Maria do Rosário no dia 05 de janeiro de 1950 que o agente do SPI chamado Manoel Moreira se desloca até Porto Seguro para fazer um relatório da situação que encontrava a aldeia do Capitão Honório. Esse agente do SPI não vai até Barra Velha, ele só chega até

Arraial D'ajuda, então descreve um monte de obstáculos que impediram-lhe de ir até à aldeia. O trecho a seguir apresenta as observações feitas pelo agente Manoel Moreira:

“Há um lugar denominado Aldeia Velha, em Monte Pascoal, Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, com um pequeno grupo de índios chefiados pelo capitão Onoro, que se encontra no Rio, há vários meses, com o objetivo de solicitar auxílio ao S.P.I. Afirma, ainda, que se torna difícil a assistência pelo capitão solicitada não somente pelos motivos expostos pelo Chefe do I.R. 4, mas sobretudo, pelas dificuldades de transporte para Aldeia Velha [Barra Velha], também conhecida como Belo Jardim, onde estão aldeados os índios. Diz ter ido somente até Porto Seguro e de lá a um lugarejo chamado Ajuda [Arraial d' Ajuda], visto não haver transporte para Aldeia Velha [Barra Velha], que está situada a 14 léguas de Ajuda, sendo este percurso feito a cavalo e a pé, geralmente, dada a dificuldade para alugar animais e pagar a uma pessoa que ensine o caminho, que ora é pela praia e ora pela mata, não havendo estradas. Os dados que ele colheu sobre os índios foram fornecidos pelo vigário de Porto Seguro, Revmo. José Gonçalves de Oliveira, que anualmente vai a Caraíva, lugarejo situado a 15 quilômetros de Barra Velha, onde celebra missa, que, às vezes, é assistida pelo capitão e alguns dos seus parentes. Informou-lhe o padre José Gonçalves de Oliveira que antes do capitão Honório viajar ao Rio, esteve com ele em Caraíva, tendo dito que ia pedir auxílio ao governo, e que as terras onde estão os índios são devolutas e sem valor para agricultura, vivendo eles da pesca e caça. (Relatório de Circunstanciado de Identificação do TI Pataxó do Monte Pascoal, 2008, p.219).

É através desse relatório feito pelo agente do SPI que é sugerido a transferência do meu povo da aldeia Barra Velha para o Posto Indígena Caramuru como uma alternativa para atender a solicitação de ajuda do Capitão Honório. Mas esse processo entrou também num longo período de tramitação dentro do SPI, e talvez cansado de esperar uma resposta a sua solicitação, o Capitão Honório e seus companheiros resolvem voltar para a aldeia Barra Velha, após quase cinco meses no Rio de Janeiro. Foi desolador para Honório chegar a aldeia sem qualquer notícia de ajuda para meu povo.

Depois de quase um ano sem qualquer notícia referente à sua solicitação de ajuda ao SPI, o Capitão Honório novamente resolve viajar até o Rio de Janeiro, provavelmente em Fevereiro de 1951. Nesse ano ele é mencionado em uma carta escrita a seu pedido para o Marechal Rondon onde ele solicitava,

“Um Posto para sua proteção, com posto médico, escola, etc; verificação, por parte do governo, das terras dos Índios, já que havia pessoas interessadas em usurpá-las; fornecimento de ferramentas e sementes; criação de um armazém geral na

Aldeia, para acolher a produção local; e a construção de uma estrada que facilitasse a ligação da Aldeia de Bom Jardim com Alcobaça, Caravelas e Ponta de Areia”. (Relatório de Circunstanciado de Identificação do TI Pataxó do Monte Pascoal, 2008, p.220).

Nessa carta o Capitão Honório pede mais uma vez atenção do governo para as terras do meu povo. Durante essa segunda viagem ao Rio de Janeiro o Capitão Honório conhece dois indivíduos em Niterói, dizendo que eram agentes do SPI, e que eles iriam depois de três meses até a sua aldeia resolver os problemas que estavam acontecendo. Honório, já exausto de esperar por ajuda, acreditou nesses dois indivíduos e informou a localização da aldeia para eles e como chegar até lá. Após este encontro, ele volta para a aldeia e dá a notícia para meu povo que dois agentes do SPI visitariam a aldeia para demarcar as terras.

Meu povo ficou feliz com essa notícia dita pelo Capitão Honório, mas o que acontece com a chegada desses dois indivíduos na aldeia Barra Velha é um trágico e triste acontecimento que fere profundamente até os dias atuais a memória do meu povo. Esse fato trouxe grande sofrimento para os Pataxó, muitas pessoas que vivenciaram esse episódio foram embora de Barra Velha e nunca mais voltaram, e muitas outras esqueceram amargamente até mesmo a sua própria identidade como indígena. A seguir tratarei do “Fogo de 51”, um evento, como já falado, triste e trágico na história do povo Pataxó.

2.3A Resistência Pataxó: O Fogo de 51

Durante toda minha infância ouvi relatos sobre o “Fogo de 51”. Minha mãe sempre contava as histórias que sua mãe e seus avós um dia contaram para ela. Meus avós, eles sempre puxavam uma conversa que lembrava desse fato ocorrido. As vezes quando minha mãe levava eu e meus irmãos para pegar caju no campo⁷, passávamos por uma pequena estrada que chamamos de “Rego” e toda vez ela falava: “Foi por aqui que os policiais chegaram e começaram a atirar para dentro de Barra Velha”. Quando íamos pegar caju num lugar que chamamos de “Mata do Saco” ela falava: “Mãe conta que onde é essa igreja era uma moita de gravatá, até uns certos tempos dava para ver os furos das balas”.

A história do “Fogo de 51” quando é contada pelos parentes que vivenciaram esse acontecimento apresenta várias versões. E todas estão corretas, porque cada pessoa e família vivenciaram esse fato de diferentes maneiras. Meu avô José Sales conta a partir da experiência que ele teve com cinco anos de idade e muitas outras pessoas também contam a partir da experiência de infância. Ele sempre fala: “Contar a história do Fogo de 51, um dia é pouco”. Foram dez dias de intenso sofrimento e perseguição, meu povo foi caçado como se fosse animal, torturado e humilhado e as mulheres violentadas e estupradas pelos policiais.

Nessa parte do trabalho tentarei contar resumidamente um pouco do que meu povo sofreu no “Fogo de 51”. Após voltar de sua segunda viagem ao Rio de Janeiro, Honório avisou a comunidade que em três meses chegariam os agentes do SPI para demarcar as terras para meu povo. No dia 09 de Maio de 1951 chega na aldeia esses dois indivíduos, na data exata, como eles tinham marcado com o Capitão Honório em Niterói. Meu avô José Sales contou no Seminário “*Olhar Pataxó sobre o Fogo de 51*”, que quando eles chegaram pediram para reunir a comunidade, e nessa reunião muitas pessoas não concordaram com a conversa dos dois indivíduos, mas a maioria das pessoas concordaram e acreditaram neles. E as pessoas que não concordaram com a proposta foram obrigadas a aceitar, como veremos a seguir:

“Esses caras chegando aqui em Barra Velha, o povoado era pouco e tinha pouca gente naquela época, só tinha a ruazinha da igreja. E o pessoal que ia chegando da roça eles não deixava o povo voltar para suas roças onde o pessoal morava, que é um lugar que se chama Murioba, outro lugar que chama o Saruê que é na beira do rio Corumbau e a Boa Vista, era só onde os índios tinham roças nessa época. Então eles foram segurando o

⁷ Nome dado pelo povo Pataxó a Restinga, um ecossistema que compõe a faixa litorânea da TI Barra Velha.

povo aqui, e tinha um gado do pessoal de Caraíva que andava por aqui, eles falaram para o povo que aquele gado era do pessoal e que eles tinham o direito de matar aquele gado. Aqueles que não fossem, eles falavam para os outros índios mais velhos assim: “Se eles não ir vocês pegam ele batam nele e prendam eles”, era isso que eles faziam. Aí os índios iam forçados, tinha índio que fugia para não ir”. (Relato de José sales 71 anos, aldeia Barra Velha, 10 de Junho de 2016).

Além de pedir para o pessoal da aldeia matar os gados, os dois indivíduos falaram que para fazer a medição da terra eles precisariam de dinheiro e mantimentos e perguntaram qual era o maior comércio que tinha próximo da aldeia, e o pessoal disse que no Corumbau morava um senhor chamado Teodomiro que possuía um comércio. Então os dois indivíduos falaram para meu povo que daquele momento em diante o comércio do Teodomiro era deles, porque tudo daquela região seria do meu povo quando eles terminassem de fazer a medição.

Nesse período tinha um índio de Barra Velha que trabalhava para o Teodomiro, então quando ele soube dessa conversa que os indivíduos tinham convencido o pessoal a ir até Corumbau saquear a mercearia, esse índio foi e avisou o Teodomiro que esses dois indivíduos tinham planejado. Então logo quando o dia amanheceu saíram vários homens para o Corumbau acompanhados desses dois indivíduos. Chegando na mercearia o pessoal já foi recebido a tiros por Teodomiro, porque ele já tinha sido avisado antes pelo índio que trabalhava na sua mercearia e um dos tiros dado por Teodomiro acertou a perna de um índio chamado Teotônio.

Então Teodomiro abandonou sua mercearia e correu, mas o pessoal conseguiu capturar ele e saquearam principalmente os tecidos, cobertores, ferramentas como facões, facas, foices e enxadas e também pratos, colheres, copos; que eram os itens que as pessoas mais necessitavam naquele período. Os dois indivíduos arrombaram o cofre da mercearia e pegaram todo o dinheiro. Feita essa ação todos voltaram para a aldeia levando Teodomiro amarrado para ser executado na aldeia. Mas tiveram dois parentes que soltaram o Teodomiro e mandou ele correr e fugir. Todos os produtos do saque foram colocados dentro da igreja para dividir com a comunidade.

Depois desse saque à mercearia de Teodomiro, os dois indivíduos ainda convenceram o pessoal a cortar a linha do telégrafo que passava pela aldeia. Essa ação é considerada pelos mais velhos o motivo maior para ação truculenta e devastadora da polícia na aldeia, como diz o depoimento⁸ abaixo do meu avô José Sales:

⁸ Esse depoimento foi dado na Oficina de História Oral do Seminário “A História do ponto de vista indígena” realizado de 21 a 24 setembro de 2015 promovido pelo Curso de Formação Intercultural de

“Em 51 não tinha comunicação de telefone, não tinha comunicação de rádio, não tinha comunicação nenhuma. A comunicação que tinha era uma linha de telégrafo, então essa via telégrafa tinha uma estação em Caraíva, tinha uma estação em Cumuruxatiba, tinha uma estação no Prado e tinha uma que ficava em Caravelas, mais essa ficava já na divisa e aí fizeram ela beira mar. E aí comunicava com Trancoso, Porto Seguro, comunicava com Belmonte, de Belmonte comunicava Ilhéus e de Ilhéus comunicava direto a Salvador. Então o que os caras fez. Eles chegando disseram assim: “Aqui ninguém vai saber que vamos tirar suas terras, quando eles saber, vocês já tomaram conta das terras”. Aí tinha dois índios que eu sei o nome deles, foi um índio por nome Cavía e o irmão dele que chamava Manoel José, aí mandou os outros índios cortarem o fio para não ter comunicação, então os índios disseram que não ía, que não ia fazer aquilo. Então aqueles que dizia que não ía cortar o telégrafo ou os fios de comunicação, aí os dois bandidos o que faziam, pegavam e mandavam bater, os outros índios baterem naqueles índios que dizia que não ía. Então esses dois índio ficaram com medo de apanhar e cortaram o fio do telégrafo de comunicação”. (Relato de José Sales 71 anos, Belo Horizonte, 22 de setembro de 2015).

Como foi mencionado acima, foi esse ato de cortar a linha telégrafa que supostamente “causou” o Massacre de 1951, e meu avô José Sales reforça essa ideia no trecho abaixo:

“Então o pessoal fez esse movimento em Corumbau, mas a guerra mesmo só começou porque cortaram a linha telégrafa, que era o fio da comunicação. Tinha um guarda em Caraíva nessa época que era o velho Isauro... aí quando eles cortaram, e quem cortou o fio do telégrafo foi o Cavía e o irmão dele Manoel José, eles cortavam e o Bernardo Brito vinha e emendava e eles ia e cortavam de novo, por aí nessa época eles comunicavam até Caravelas e comunicava até Ilhéus, e então quando eles emendaram fizeram o pedido que os índios estavam roubando e estavam cortando o fio do telégrafo foi por aí que começou a briga de 51.” (Relato de José Sales, 71 anos aldeia Barra Velha, 10 de Junho de 2016).

Como vimos no relato acima após convencer os dois parentes a cortar a linha de telégrafo, a pessoa que fazia a inspetoria da linha telegráfica em Caraíva, que chamava Bernardo Brito, se deslocou até a aldeia e fez o reparo e emendou os fios. E quando ele voltou para Caraíva passou a informação para o guarda Isauro, que passou a informação para Ilhéus e Prado que os índios de Barra Velha estavam fazendo assalto na região e cortando a linha do telégrafo.

Na madrugada do dia 11 de maio de 1951 que começa o massacre do meu povo, todos foram pegos de surpresa dentro da aldeia. Muitos não sabem ainda hoje ao certo qual era o

objetivo principal da polícia, se buscavam averiguar os fatos que foram informados ou exterminar realmente meu povo. Muitos anciãos falam que houve um engano da polícia e por esse fato aconteceu um tiroteio imenso dentro da aldeia. Pessoalmente defendo que foi uma ação de genocídio, porque foram enviados dois batalhões da Polícia Militar para aldeia Barra Velha, um de Ilhéus sob o comando do Major Arsênio Alves e outro de Caravelas comandado pelo Paulo Cruz que era o tenente dos guardas do telégrafo, esse último que matou os dois indivíduos e dois índios Pataxó na fazenda de um senhor chamado Vicente André, próximo a Itamaraju.

Não tem justificativa para haver engano entre os policiais porque tinha comunicação naquela época, eles já sabiam o que tinham que fazer. O batalhão de Ilhéus chegou por Caraíva e entrou na aldeia pelo caminho que chamamos de “Rego” e o batalhão de Caravelas chegou por Corumbau, e entrou na aldeia por um caminho que passa por dentro de uma lagoa que chamamos de “Lagoa de Fora”. Ao se aproximarem da aldeia os policiais começaram a atirar, e depois de quase meia hora de tiroteio, eles cessaram fogo. Acredito que os policiais pensaram que teriam matado todos da aldeia, mas meu povo conseguiu fugir e correr para dentro da floresta. Algumas pessoas falam que os policiais de Caravelas pensavam que era meu povo que estavam atirando neles, e da mesma maneira os policiais de Ilhéus, e essa seria a justificativa para esse tiroteio dentro da aldeia, algo que não dá para acreditar.

Após esse intenso tiroteio os policiais entraram na aldeia e perceberam que a maioria do meu povo tinha fugido e restaram dentro da aldeia apenas os idosos e algumas crianças que não aguentavam correr e desse modo começa a perseguição daqueles que fugiram para floresta, como veremos no relato a seguir:

“Chegando dentro da aldeia já tinha corrido muitos índios, e tinha o velho Levino que era um rezador forte que tinha aqui dentro da aldeia, nenhum fuzil conseguiu dar tiro nele, os policiais foram atirando nele e ele correndo. Então desse dia em diante você via índio morto, criança morta ali na porta da igreja dependurada num samburá⁹. E desse dia em diante que foi o sofrimento da gente, eu fui carregado nas costas do João Braz, que é o pai de Cosme e do Salvino [Kanatyo], isso foi sofrimento meus irmãos, isso começou no dia 11 de maio e terminou no dia 22. Chovendo e nós não sabíamos como se aparar, é por isso que eu falo para vocês um conta uma história que não bate igual é porque cada um sofreu de um jeito. Um corria para dentro das matas, outros corriam para beira da praia, outros corriam para o sul e outros para o norte. O João Nascimento foi um dos caras que mais sofreu aqui dentro.

⁹ Samburá é um cesto que é utilizado para transportar e guardar caça, peixes e frutas.

Minha madrinha foi estrupada por 14 policiais junto de seu marido.” (Relato de José Sales, 71 anos, aldeia Barra Velha 10 de junho de 2016).

Meu povo foi perseguido e caçado como animal dentro da floresta e aquelas pessoas que os policiais capturavam prendiam e amarravam e levavam para Caraíva ou para o Prado, e alguns parentes, os policiais obrigavam a ajudar eles a capturar os demais, porque eles não conheciam a mata. Mas segundo conta alguns anciãos tiveram três índios Pataxó, que ajudaram os policiais por espontânea vontade a caçar os demais, com raiva de Honório e de sua família, culpando-os pelo o que estava acontecendo.

Dona Maria Coruja conta como ela e sua mãe sofreram e foram perseguidas por índios Pataxó e policiais, como diz seu relato abaixo:

“Aí quando nós chegamos numa casinha num lugar chamado São João de Minas, nós ficamos morto de fome meus irmãos morto de fome. Mamãe, com eu, Terezinha e Cláudio, eu já estava com um pau cravado nessa perna, tem até a marca aqui na minha perna, tem marca aqui na minha perna dessa guerra. Aí ficamos lá, ai derepente chegou tia Maria junto de mamãe e falou: “Beniça você minha filha, sai daqui porque [os sujeitos] anda atrás de você para te matar, você e seus filhos”. Aí nós corrimos mais mamãe de novo, lá para mais para dentro onde hoje o Jurandí mora, onde o finado Salvador morava. Aí ficamos lá, e no outro dia viemos de novo e quando chegamos estava tudo bagunçado a casa, a imagem de Nossa Senhora D’ajuda quebrada, [os sujeitos] queimou nossa roupa que nós não tinha muita roupa, queimou nosso pedaço de coberta velha tudo eles queimou. Ai ficamos alí quando demorou chegou tia Maria e nós morto de fome, e tia Maria disse assim: “Beniça manda Maria ir lá em casa buscar uma cuía de farinha para vocês”. Aí eu fui lá minha tia me deu farinha, me deu carne e botou na minha cabeça, de grande que eu era titia atravessou a ladeira e subiu a outra e depois botou na minha cabeça que eu vim cá para casa.” (Relato de Maria Coruja, 70 anos, aldeia Barra Velha 09 de junho de 2016).

Em meio a tanta perseguição, os policiais conseguiram prender o capitão Honório com ajuda desses três índios Pataxó, como foi falado acima, tiveram pessoas que ficaram com raiva e passaram ajudar os policiais a perseguir os demais parentes pelas matas. Segundo Dona Maria Coruja que é neta de Honório, ela presenciou quando os policiais prenderam ele, como mostra seu relato a seguir:

“Mamãe quebrou uns paus e fincou uns ganchos lá e outro cá, quebrou uns paus e umas patioba e folhas de oricana e fez a barraca. Quando nós estava nessa barraca, nós vimos vim quebrando pau dentro do mato, quando nós olhemos era papai, papai que ia. Então nós ficamos lá e dormimos, no outro dia

quando a gente estava assentado na porta da barraca, nós vimos o quebra pau quando nós olhemos era [os três índios Pataxó] e mais duas policia que vinha para pegar vovô [Honório] que estava na barraca com nós. Então vovô olhou e conheceu que era eles, ele abriu um buraco na barraca e saiu correndo e no que vovô saiu correndo eu era pequena e sai atrás dele. E então eles saíram correndo atrás de vovô e lá adiante eles atiraram em vovô e baliaram a perna dele, e peguei a chorar, eu era pequena e não aguentava correr. E teve um deles [índio Pataxó] que falou bem assim: “Nós podia era matar era ela”. Aí a polícia falou bem assim: “Não mata ela porque ela é uma criança e não sabe de nada e não deve nada, nós deve pegar é o velho ”. Então as polícias correram e depois lá adiante pegaram vovô e um deles me colocou no ombro e me trouxe e deixou na barraca. (Relato de Maria Coruja, 70 anos, aldeia Barra Velha 09 de junho de 2016).

Depois de preso o Capitão Honório foi tratado e escoltado como se fosse um bandido de alta periculosidade até Salvador e depois foi transferido para Ilhéus. E mesmo após a prisão do Capitão, as pessoas que eram mais jovens e fortes aguentaram fugir por mais tempo, agora os velhos e as crianças e as mulheres pouco a pouco foram sendo capturadas e presas. O senhor Palmiro me contou que ele, seu pai Epifâneo e sua mãe e seu irmão Luiz e seu tio que é meu tataravô Marcelo e meu bisavô Tururim que, naquele tempo era uma criança, foram presos a poucos quilômetros da aldeia, num lugar chamado de “Saruê”, na beira do rio Corumbau. Depois de presos, eles foram levados para o Prado, caminharam dois dias até chegar na cadeia.

Segundo Senhor Palmiro, depois que a polícia destruiu Barra Velha para prender meu povo, a notícia se espalhou pela região que os índios Pataxó eram ladrões, que tinham assaltado o Teodimiro e roubaram suas mercadorias, e as pessoas dessa região apelidaram meu povo de “Cabocos da Coréia”. Ele não fez uma explicação relacionado a esse termo, mas suponho que está relacionado a ideia de “índios falsos”. Como meu povo estava sendo perseguido e preso pela polícia não era mais considerado como indígena, até mesmo atualmente somos chamados de “caboco”, por muitas pessoas de Caraíva e Corumbau. Ainda conforme o Senhor Palmiro, ele e seus familiares ficaram presos cinco dias no Prado, até que um dia um amigo de seu pai que morava em Caraíva e estava naquela localidade conseguiu falar com um deputado que morava em Caravelas para soltarem eles.

Meu avô José Sales conta que ele e mais outras pessoas que estavam sendo perseguidas correram durante oito dias dentro da mata. Certa noite fizeram uma barraca de palha para dormirem, e quando todos estavam dormindo subiu uma caça em cima da barraca e o teto caiu, então ele, como era criança mais sua prima, começaram a gritar de medo que a polícia estava querendo prender eles. E nesse desespero os dois caíram e saíram rolando pelo chão abraçados

e uma brasa de fogo entrou entre eles e acabou queimando ele na região do peito, até hoje ele tem essa cicatriz. Ainda segundo ele, todos já estavam tão exaustos de correr pelas matas, que o finado Luciano já não aguentava carregar seu irmão menor Edivaldo nas costas, porque seus braços e pernas e até mesmo as costas estavam inchados. Então ele resolveu abandonar seu irmão no meio da mata e quando ele correu uns 100 metros ele parou, e ficou ouvindo o choro de seu irmão e com certeza seu coração falou mais alto que a dor, e ele voltou para pegá-lo e colocou nas costas mesma inchada e saiu correndo acompanhando os demais.

Mas segundo meu avô, como a polícia tinha cercado a região, eles logo foram presos como diz seu relato a seguir:

“Nós andando dentro dessa mata ai, o pessoal já não aguentava mais de fome que já tinha oito dias correndo dentro do mato. Quando nós chegamos em frente a “varejeira” o velho Acrisio era o pai do finado Alfredo, de Albino, irmão de Antônio Braz e de Manoel Suia, falou assim: “Vamos entrar dentro dessa mata aqui que vamos sair lá em Zé grande”. A gente com fome e eles entraram de mata adentro. O que aconteceu quando chegamos lá, Zé grande falou: “Olha pessoal tomem cuidado que a polícia está aí em cima”. Então passamos direto, e o velho Acrisio disse: “Nós vamos atravessar a estrada e atravessar o rio e nós vamos para o rio dos Frades”. Só que nós desacertamos, quando nós saímos e pagamos a estrada demos em cima da polícia. Quando olhamos tinha mais de 40 índios amarrados pelo pescoço e pela barriga e pelos braços e pegava uma ponta de corda uma para frente e outra para trás, e o índio não podia pisar no pé do outro se pisasse apanhava. Só que demos sorte que a corda não deu para amarrar o grupo que nós ía, então nós fomos presos.” (José Sales, 71 anos, aldeia Barra Velha, 10 de Junho de 2016).

Os anciãos falam que a maior parte de todo o sofrimento passado por eles ocorreu quando a maioria do meu povo foi preso e levado para Caraíva. Na prisão em Caraíva que aconteceram as torturas físicas e psicológicas e vários estupros, em uma conversa com Pedro Ferreira, ele me contou o que presenciou nesse massacre:

“Isso era umas 12 horas da noite debaixo de chuva, a velha Joséfa tinha uma barruquinha, uma bandinha de farinha, então fiquemos debaixo dela até o dia amanhecer, ai o finado meu avô foi para lá e Manoel Fragoso. Quando o dia amanheceu, saímos o dia todo claro e pegamos a estrada e quando chegamos no Campo do Coração quando a gente olhou tinha três polícias na frente. Eu era pequeno andava agarrado na saia de minha vó, todo cortado de tiririca e vestido num camisa, aí pegaram minha tia, minha avó amarram o cordão nas mãos, encambaram elas duas, Manoel de Fragoso

também foi amarrado mais meu avô, tudo amarrado por um cordão. Só eu que não amarraram que eu era pequeno. Então pegaram nós e trouxeram para Barra Velha, quando chegamos e olhemos tinha muita gente na pracinha da Barra Velha vários índios apanhando, os policiais tinha um facão pequeno e eles ia no peito das pessoas e batia e depois ia nas costas e batia. Meu avô, morreu por causa disso, das porradas e Manoel de Fragoso tomou muita porrada, mas só que aguentou e tá aguentando. E meu avô morreu por causa disso, ele botava sangue pela boca, ele botou muito sangue pela boca e morreu em Cachoeira do Mato nesse sertão aí pra dentro. Então eles pegaram nós e levaram todos para Caraíva lá tinha um sobradão assim, aí botaram nós todos lá em cima, tinha um quarto para as mulheres e outro para os homens. Então o pessoal de Caraíva chegava lá para ver a gente e falava bem assim: “Amanhã vocês vão morrer tudo, chegou um avião cheio de policia para matar vocês seus ladrões”. Aí as mulheres choravam”. (Pedro Ferreira 71 anos, Aldeia Barra Velha, 22 de novembro de 2016).

Durante vários dias meu povo ficou preso em Caraíva e todos esses dias sofreram tortura, segundo Pedro Ferreira os policiais pegaram Manoel Caititu e o João Corado e fizeram eles comer pimenta com farinha e várias outras atrocidades com demais pessoas como veremos no relato abaixo:

“O pessoal tava tudo preso em Caraíva, morava no Campo do Boi Manoel Caititu e João Corado e eles ficaram preso lá também, e o que os policiais faziam, eles iam lá e pegavam aquelas pimentas chamada Ova de Robalo e uma bacia de farinha seca a farinha de guerra, então os policiais faziam os dois velhos colocar a pimenta na boca e cortar no meio e depois encher a boca de farinha e comer, era os dois e quando eles colocavam a pimenta na boca de um e que ele começava a comer eles ia na boca do outro e colocava outra pimentona e fazia ele encher a boca de farinha de guerra. Aí em Barra Velha tinha um velho que criava uns porco capados naquela época, cada um grandão, esse velho morreu ele e a mulher dele na Barra do Caí, o que os policiais fizeram: “Ele pegaram dois porco e amarraram, aí enfiaram em um pau e botaram na costa do velho Cosme e na costa de Manoel Fragoso e fizeram eles levar correndo de Barra Velha a Caraíva, e os policiais batendo neles, com os dois porcão nas costas, aí os velhos corria e corria na areia, e quando eles iam para descançar os policiais falavam: “Não tem esse negócio de descançar não, você tem é que correr”. Aí os velhos iam para descançar e eles não deixava. O velho que morreu lá na Barra do Caí os policiais pegaram ele e botaram a cela de cavalo nele, e aí eles amontavam no velho e fazia ele correr naquela areia de Caraíva com o policial nas costas, rapaz foi feio demais esse fogo”. (Pedro Ferreira 78 anos, Aldeia Barra Velha, 22 de novembro de 2016).

Meu avô José Sales conta que enquanto eles estavam presos em Caraíva ele presenciou os policiais torturando seu avô Tibúrcio e mais outras atrocidades com os parentes, como diz seu relato a seguir:

“O quê fez com meu avô ali dentro de Caraíva, tinha um prédio que era do pessoal dos Moura que era onde prendia os índios, o quê eles fizeram com meu avô. Batiam no meu avô o velho Tibúrcio, e com a maré cheia eles pegavam um pedaço de sabão e botava ele dentro d’água para gastar aquele sabão na cabeça na água salgada. Aí quando a cabeça do velho doía, eles pegavam o velho e rastavam de dentro d’água e batia nele de novo. É tanto que meu avô não aguentou muito tempo, no dia que ele morreu ninguém aguentava ficar dentro de casa junto dele, quando ele abria a boca saía um monte de sangue estragado das porradas que ele levou no peito, morreu com o peito todo arreventado.” (José Sales, 70 anos, aldeia Barra Velha, 10 de Junho de 2016).

Depois de muito sofrimento passado desde o início do massacre no dia 11 de maio e com a prisão da maioria das pessoas em Caraíva, o Major Arsênio Alves resolve soltar o meu povo. Na conversa que tive com Pedro Ferreira, ele lembrou o dia em que todos foram libertos; “O Major veio e falou bem assim: “Olha, amanhã às 07 horas da manhã, vocês vão sair, todo mundo vai sair”. Aí no outro dia, 07 horas, eles liberam a gente, então umas pessoas foram para o sul outras para o norte, aí espalhou índio para todo lado.” (Pedro Ferreira 78 anos, Aldeia Barra Velha, 22 de novembro de 2016).

Com a liberação do meu povo, ninguém voltou para Barra Velha cada família seguiu um destino diferente, até mesmo porque o Vinturino, filho de Paulo Cruz, tinha incendiado toda a aldeia, as casas foram queimadas e as pequenas roças e as criações de galinhas e porcos foram saqueadas por alguns moradores de Caraíva. E o medo tomou conta das mentes e dos corações dos meus parentes.

Muitas pessoas foram embora para trabalhar nas fazendas da região de Itamarajú, Prado e no povoado de Vera Cruz. Segundo Senhor Palmiro depois que sua família foi solta da delegacia do Prado, eles foram trabalhar numa fazenda de cacau, e Pedro Ferreira fala que ele seu avô e seus irmãos foram morar em Cachoeira do Mato - povoado próximo ao município de Guaratinga – BA.

Em relação a identidade desses dois indivíduos que manipulou meu povo e provocaram esse fato trágico, não temos informações concretas. Segundo Maria do Rosário “um deles tendo sido identificado pelo comandante da operação policial, major Arsênio Alves, como Ari Bhering, condenado à pena de 10 anos.” (Relatório Circunstânciado de Identificação e

Delimitação TI Monte Pascoal, 2008, p.223). E eles eram supostamente vinculados com o Partido Comunista daquela época, e faziam parte de movimentos sociais que agiam junto com as populações rurais.

No seminário “*Olhar Pataxó sobre o Massacre de 51*” em Barra Velha, eu fiz a seguinte pergunta para meu avô José Sales: “Quantas pessoas morreram nesse massacre?”. Na resposta ele falou que não sabia quantas pessoas tinha morrido durante esse fato. As pessoas começaram a morrer alguns dias depois do “Fogo de 51” devido à tortura feita pelos policiais. Segundo ele, o seu próprio avô chamado Tiburcio, e muitos outros parentes morreram com o corpo gravemente machucado. Depois do “Fogo de 51” Barra Velha ficou totalmente destruída e abandonada, os anciãos falam que a aldeia foi acabada e meu povo passou a negar sua própria identidade para sobreviver como veremos a seguir.

3. O Pós Fogo de 51: A luta de Epifâneo para reconstruir Barra Velha e o recomeço de uma nova vida.

Segundo conta os mais velhos após o Fogo de 51 “o índio perdeu seu valor”, ninguém falava mais que era índio com medo de sofrer qualquer repressão. Negar sua identidade indígena tinha se transformado em uma questão de sobrevivência, porque tinha se espalhado por toda região que os índios eram ladrões.

E para motivar e estimular os parentes a não desistir e abandonar sua terra, um índio chamado Epifâneo foi de grande importância e conseguiu ascender a chama da esperança que tinha apagado em meu povo com o massacre que tinha ocorrido. A seguir veremos como esse ancião reconstruiu Barra Velha e adquiriu o respeito e a confiança do meu povo.

Como já foi falado após o massacre meu povo perdeu sua dignidade, negar sua identidade era uma maneira de sobreviver, meu povo andava vagando sem destino. O Pajé Albino conta que ninguém queria mais voltar para Barra Velha com medo do que tinha ocorrido e meu povo andava escondido pelas fazendas, como veremos no seu relato abaixo:

“Quando nós saímos fomos bater lá na casa de João do Carmo no Rio Corumbau, ficar escondido dentro da mata, e aí ficamos lá. Tinha uma velha que não era índia, a mulher de Cimprício, era ela que buscava na roça as coisas para dar aos parentes. Quando ela ia e encontrava a polícia, eles perguntava: “Você é índia?” Então ela respondia: “Eu, eu sou algum índio olha no meu cabelo, meu cabelo é de índio. Tenho nada de índio”. E aí eles mandavam ela ir embora, carregando uma trouxa de feijão verde na cabeça para dar de comida aos índios. Aí depois fomos lá para o Guaxuma esconder para lá. Então ficou todo mundo escondido, uns em um canto e muitos em outros, então ficou todo mundo escondido e quando ouvia qualquer barulho saía correndo e entrava no mato com medo do que tinha acontecido. Os índios sofreram muito, as mulheres foram as que mais sofreram. Os índios velhos daqui o Teotônio, Luciano, João Corado, Manoel Caetitu, Pedro Renato, Tiburcio, Epifâneo e o velho Honório metida dó você ver eles. O velho Tersílio, os policiais pegavam ele e arrancava o couro da cabeça dele com cabelo e tudo e depois tirava um pedaço da calça dele e enrola o couro com um pedaço de pimenta Ova de Robalo e dava para ele comer aquele pedaço de couro com pano da calça e pimenta e tudo sem água que ele contava. Será que foi bonito isso? Tudo isso se deu com nós índio, aí nós falava: “Em Barra Velha a gente não quer morar mais não. Com medo de tudo isso que tinha acontecido quem queria vir morar mais cá?” Por isso que os outros que correram até hoje nunca mais voltaram cá com

medo, é isso.” (Pajé Albino, 70 anos, Aldeia Barra Velha, 07 de Junho de 2016).

Em uma conversa com o senhor Palmiro, ele me falou que quando sua família saiu da prisão em Prado, um fazendeiro chamado Mascarenhas, amigo do deputado que tinha mandado soltá-los, os convidaram para trabalhar em sua fazenda. Então seu pai, o senhor Epifâneo, aceitou ir trabalhar por dois meses nessa fazenda. E com seis dias que tinha acabado o “Fogo de 51” e com os parentes libertos, seu pai Epifâneo resolveu voltar até a aldeia ver como estava a situação.

Então ele foi caminhando de Prado até Barra Velha, e ao chegar na aldeia encontrou-a totalmente destruída e deserta. De acordo com senhor Palmiro, antes de seu pai chegar na aldeia, de longe ele avistou alguns urubus voando por cima do lugar onde ficava a igreja, então ele resolveu ir até lá, e quando chegou a igreja estava toda queimada e na porta dela tinha um *samburá* com uma criança morta em estado de decomposição de quem os urubus estavam se alimentando. A única peça que estava intacta na igreja, segundo ele, foi a imagem de Nossa Senhora da Conceição, as outras imagens de Santos estavam quebradas e queimadas. É devido a esse fato que os velhos e muitas pessoas da aldeia têm uma devoção grandeosa por essa Santa que tornou-se padroeira da aldeia.

Conforme o senhor Palmiro após um mês do massacre, seu pai reuniu sua família e disse que queria voltar morar em Barra Velha porque lá é o lugar onde todos eles nasceram e ninguém era bandido para viver fugindo. E desse modo o Epifâneo é o primeiro a voltar com sua família para Barra Velha.

Estabelecido na aldeia, o Epifâneo e seus filhos mais velhos Palmiro e Luiz saíam pelas fazendas e na mata à procura dos parentes que estavam espalhados por conta do “Fogo de 51”, para estimular eles a voltar para aldeia como veremos no relato do ex-cacique Senhor José Ferreira a seguir:

“O velho pegou a aldeia acabada, mas o que ele fez, como uma pessoa que era dona e sofredora do próprio lugar dele, ele achou por bem procurar os parentes que estavam espalhados pelas matas ou em outros cantos qualquer, e procurou e chamar os parentes a voltar para Barra Velha que não podia deixar a aldeia destruída do jeito que ele encontrou. Então ele chegava nos lugares e encontrava uma ou duas famílias perdidas na mata, e quando ele chamava as pessoas para voltarem para a aldeia elas ficavam bravas com o velho, pois tinham medo de acontecer de novo aquilo que já tinha acontecido e era quando ele falava para o próprio parente dele: “Não vai mais acontecer, isso não vai acontecer porque já sabemos o quanto

sofremos e não vamos mais fazer esse tipo de coisa”. Então alguns parentes acreditavam na palavra do velho, porque ele era uma pessoa capaz e não era de mentir para seus parentes, e assim ele foi trazendo de um a um mesmo com medo eles acreditaram na palavra do velho Epifâneo e foram voltando para a aldeia. Mas teve índio que saiu muito espancado e massacrado que não quis mais voltar, e disseram: “Prefiro ir prá outro lugar e morar em outro canto, mas para lá eu não volto”, ele fez o possível mas não conseguiu trazer algumas pessoas que até hoje estão espalhadas por esse mundo com medo do que aconteceu. Então esse velho conseguiu recuperar Barra Velha de novo, aos pouco ele conseguiu trazer o povo de volta para aldeia.” (José Ferreira, 65 anos, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

Dessa forma como José Ferreira relata que o senhor Epifâneo conseguiu reconstruir Barra Velha após o “Fogo de 51”. Pouco a pouco as famílias foram voltando para aldeia mesmo amedontradas devido ao fato ocorrido e confiando na palavra de Epifâneo, e isso mostra o quanto esse ancião foi importante para meu povo e nos faz admirar e respeitar sua coragem e sua perseverança em ver o povo Pataxó erguido em sua terra.

Segundo Dona Maria Coruja o senhor Epifâneo tinha um cuidado muito especial com sua aldeia: “O velho Epifâneo, ele era o capitão e o quê ele fazia? Ele era o nosso pai, Deus do céu e ele da terra. De manhã ele andava pelas casas para ver como estava os seus índios, Barra Velha tinha pouquinha casa e ele andava de casa em casa conversando com seus índios.” (Maria Coruja, 70 anos, aldeia Barra Velha 09 de junho de 2016).

Como foi falado acima, Epifâneo reconstruiu Barra Velha e tornou-se Capitão no lugar deixado por Honório que até então ninguém da aldeia sabia seu paradeiro por ter sido levado preso pela polícia e por ser considerado o responsável pelo fato horrível que tinha acabado de acontecer com meu povo. De 1951 em diante, Honório passou a ser considerado por grande parte do povo Pataxó como principal responsável pelo massacre, como se ele tivesse articulado e planejado tudo.

A seguir falarei a respeito da pessoa de Honório Borges na tentativa de desconstruir essa ideia de ele ser o principal responsável pelo “Fogo de 51”.

3.1 Honório Borges, Guerreiro ou Vilão?

Após o término do “Fogo de 51” e com o passar dos anos Honório passou a ser responsabilizado pelo fato ocorrido. Depois de algumas leituras de estudos relacionados a esse acontecimento, feito por estudiosos não-indígenas e por parentes Pataxó, pude perceber que Honório carregou por tanto tempo uma culpa que não era totalmente sua. Entretanto, não há nada publicado relacionado a pessoa de Honório, e isso nos traz uma série de questões, mas tentarei responder apenas a uma: Honório foi o principal responsável pelo “Fogo de 51” ou não?

Honório da Conceição Borges foi a primeira liderança pataxó a ser reconhecida, ele foi a pessoa que começou o movimento do meu povo, no Século XX, para garantia dos nossos direitos e principalmente pela terra. Seus parentes mais próximos que conhecemos são seus dois netos, Maria Coruja e Tururim, (meu bisavô), que é ex-cacique da aldeia Barra Velha e é um ancião importante e respeitado pelo meu povo.

No “Fogo de 51”, como Honório era o Capitão, foi considerado culpado pelo assalto à mercearia de Teodomiro e pelo corte da linha do telegráfo. Então foi caçado e preso pela polícia e levado para Salvador, depois foi mandado para Ilhéus, onde foi liberado depois que a informação do massacre chegou até o SPI. Após ser liberto, Honório foi morar em Canavieiras, onde posteriormente chegou a óbito devido à tortura sofrida na prisão. Essa são informações obtidas por Maria do Rosário na elaboração do *Relatório Circunstâciado do Território Barra Velha de 1982*.

Em conversas com alguns anciãos de Barra Velha percebi que alguns guardam mágoa e talvez até raiva da pessoa de Honório e algumas pessoas preferem o silêncio. Na conversa com senhor Pedro Ferreira, fiz o seguinte questionamento: “Você conheceu o Capitão Honório?” Ele respondeu apenas isso: “*Foi ele quem trouxe esses dois caras para dentro de Barra Velha. E fez causar essa revolta aí. Eu conheci ele, ele era um velho assim, e parecia Tururim*”. (Pedro Ferreira 78 anos, Aldeia Barra Velha, 22 de novembro de 2016). Depois dessa resposta veio um silêncio e pude perceber em seu olhar um tom de tristeza. Senhor Pedro perdeu seu avô e sua avó e um irmão devido a esse massacre.

O seminário citado anteriormente, “*Olhar Pataxó sobre o Massacre de 51*”, serviu para contar a história do ponto de vista Pataxó desse massacre, e também para os estudantes pataxó de Barra Velha, que são a futura geração, conhecer um pouco da história de Honório, e na fala de

algumas lideranças ficou explícito que a culpa e a responsabilidade não foi dele, como veremos na fala do ex- cacique Senhor José Ferreira:

“O Capitão Honório ele trabalhou ao bem dos índios, o quê aconteceu não foi por maldade, ele não fez isso por querer, porque ninguém faz uma coisa dessa por querer. É como um pai que quer o bem de seus filhos, ninguém quer o mal para seus filhos sempre quer o melhor, mas se aconteceu isso podia ser comigo na minha gestão de cacique ou com qualquer outro líder que passasse pelo mandato”. (José Ferreira, 65 anos, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

Uma das qualidades de Honório acabou levando a sua própria ruína. Como também foi observado por Maria Rosário, o Capitão era uma pessoa simpática e conversadora como a maioria dos parentes pataxó, e isso permitia com que ele fizesse rápidas amizades e talvez a sua inocência como liderança indígena no mundo dos brancos levou ele a confiar demais nas pessoas alheias.

Joel Braz uma liderança do povo Pataxó, que ganhou reconhecimento através de sua luta pela ampliação do Território Barra Velha, e retomada da área do Monte Pascoal que em 1999 estava em poder absoluto do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis), e um dos fundadores da Organização Frente de Resistência e Luta Pataxó, fez o seguinte relato sobre o Capitão Honório no seminário acima citado:

“Eu, já em vários encontros, por exemplo, encontros grandes em vários lugares como em Brasília, Salvador, Ilhéus e outros lugares várias vezes já defendi o Capitão Honório. E não é por lisongio, eu faço de coração porque eu trabalhei muitos anos procurando entender a trajetória do cacique Honório e não tinha dúvida nenhuma desde o começo da minha pesquisa e cheguei a conclusão que ele, - e isso já até comentei com alguns parentes -, parece que ele e os parentes foram atraídos por uma força, eu não sei se você concorda, mas tinha caminhos para evitar o que aconteceu. Eu tenho certeza que Honório não teve diretamente a culpa, ele não teve um pensamento direto para levar a esse ponto do que aconteceu, de maneira nenhuma. Tanto prova que na descrição feita e apresentada pelos professores no painel o tamanho da carta, até então pelos relatos de Maria do Rosário e pelo relato de Leila Soutto Maior e pelo relato daquele chefe que escreveu sobre Barra Velha, é o Cornélio, pelo comentário desses relatores aí para mim era uma carta¹⁰ de apenas uma folha só de um papel escrito talvez na frente, uma simples carta mas agora fiquei vendo e sabendo que era uma carta de 11 páginas e mesmo que foi transcrito depois de datilografado e isso mostra o tamanho da ansiedade do Capitão em querer uma solução. E quando nós observamos os detalhes, mesmo sendo outra pessoa que escreveu para ele, mas

¹⁰ Esta carta que Joel Braz faz referência no seu relato foi escrita a pedido do Capitão Honório e enviada ao SPI em 01 de setembro de 1949. Cf: item 2.2.

a gente vê nos detalhes a preocupação dele com a situação dos parentes e a situação da terra. E ele mesmo, na sua simplicidade, quando fala na minha terra, isso eu julgo como se fosse o tamanho da ansiedade que põe como defensor da luta da terra Pataxó, ele fala como dele, mas no bom sentido e demonstra muito amor, força e querer em defender as terras dos parentes Pataxó. Então pelo lado negativo para chamar a atenção de nós mesmos enquanto lideranças, às vezes nós nos deixamos levar pela bebida e pelas amizades. Muitas vezes vai para um encontro de grandes discussões e chegando lá se envolve com outros tipos de coisas e isso foi umas das coisas que levaram o Capitão Honório a esse acontecimento. Ele gostava de tomar umas Kaioboka – cachaça – e chegando lá Rio de Janeiro ele achou essas amizades e começou a acompanhá-los e caminhar com esses camaradas e ele acreditou nessas pessoas talvez por um desvio na sua trajetória de luta. Talvez se ele não bebesse e não tivesse acompanhado essas pessoas ele teria evitado esse acontecimento, mas o que aconteceu realmente não foi porque ele quis. Na verdade se eu pudesse ainda ver esse guerreiro eu tinha coragem de vê-lo pela sua coragem e sabedoria de se colar adiante da situação como falamos a pouco instante, a região passava por uma grande seca no período de 1950, e os parentes Pataxó sofria muito passando fome, e ele sair daqui com certeza sem nenhum recurso, andando até o Rio de Janeiro enfrentando uma grande perna em defesa de seu povo, então eu acho que ele foi uma pessoa muito corajosa, tirando esse ponto fraco dele, com muito respeito, ele foi uma pessoa muito especial e continuo defendendo ele como um grande guerreiro e acredito entre outros através dele deu continuidade até chegar os dias de hoje para nós estarmos nessa luta pela garantia dos nosso direitos, é isso.”(Joel Braz, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

Como vimos nos relatos acima de duas lideranças Pataxó, não foi diretamente responsabilidade do Capitão Honório o “Fogo de 51”, seu ponto fraco levou a uma condenação muito rigorosa e sem qualquer defesa. Honório cometeu um erro grave de confiar em qualquer homem branco, porque a confiança se constrói através da convivência e do respeito. Mas a causa pela qual ele estava lutando era justa, e isso o torna digno de respeito e de ter reconhecimento. E devemos lembrar que a comunidade poderia não ter aceitado a proposta dos dois indivíduos, de certa maneira a comunidade daquela época também errou.

Todos esses aspectos devem ser levados em consideração, além de sabermos que o homem branco, em grande parte, tem facilidade de enganar e iludir, até mesmo a sua própria sociedade com suas palavras bonitas e promessas. E lembro que o SPI teve sua parcela de culpa nesse trágico acontecimento, por não levar em consideração as reivindicações do Capitão Honório, por impôr uma burocracia e por não enviar ao menos uma resposta satisfatória a

respeito dos pedidos do Capitão. E como podemos ver nem se quer um agente do SPI foi na aldeia analisar a situação do meu povo antes do Massacre e muito menos depois.

Somando todos esses aspectos e a conjuntura política que nosso país se encontrava podemos perceber que tinha um cenário nada favorável para os povos indígenas e o Capitão Honório foi vítima, como o povo Pataxó, do governo brasileiro daquela época. Tem que haver cautela antes de estabelecer uma culpa pelo “Fogo de 51” ao Capitão Honório sem antes conhecer a história de nosso país a fundo, como diz Joel Braz:

“Muitas vezes nós não percebemos as coisas, porque tem coisas que elas ficam invisível ao nosso entendimento e ao nosso olhar. Então aquele que é um pesquisador, que quer estudar e saber e ter conhecimento da história e outros conhecimentos, ele tem que ter essas visões para descobrir as coisas que estão invisíveis”.
(Joel Braz, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

O Capitão Honório faz parte da história do povo e deve ser lembrado não apenas pelo “Fogo de 1951”, mas também por ele ser o iniciante da luta pela garantia da Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal, e ter aberto os caminhos para as demais lideranças que lhe sucederam. A seguir veremos que o Massacre foi apenas parte do sofrimento que meu povo passou, e logo depois de alguns anos desse fato, no início da década de 1960, novamente começa a batalha pela sobrevivência e pela terra. No entanto aparece grandes lideranças como senhor Epifâneo seus filhos Palmiro e Luiz, Dona Josefa e muitos outros que não deixaram nosso povo ser mais uma vez massacrado.

4. A homologação do Parque Nacional Monte Pascoal e os impactos na vida do povo Pataxó de Barra Velha.

Depois do “Fogo de 51” meu povo conseguiu se estabelecer novamente em Barra Velha graças ao esforço de Epifâneo, que não mediu esforços para reunir grande parte das pessoas que tinha se espalhado pelas fazendas e pelas matas. Epifâneo, com seu trabalho conquistou a confiança do meu povo e passou a ser considerado capitão da aldeia.

Através de seu trabalho, o Capitão Epifâneo trouxe esperança para o povo, e aos poucos as pessoas retomaram suas rotinas, reconstruindo as casas, as farinheiras e suas roças. Após o “Fogo de 51”, meu povo conseguiu viver com um pouco de sossego por quase 10 anos, até mesmo com um pouco de fartura. De acordo com Everton Braz naquela época “o meio de sobrevivência vinha das raízes, frutos, caças, peixes e de algumas trocas de artefatos por gêneros alimentícios que aconteciam nos dois vilarejos vizinhos: Caraíva, Corumbau e algumas vezes em Porto Seguro”. (Everton Braz, 2013, p.13). Ainda segundo Everton os produtos produzidos na roça tinha uma maneira diferente de circular dentro da aldeia, e além das roças tinha outras atividades que eram de grande importância para sobrevivência, como veremos no trecho a seguir:

“Na aldeia, os produtos agrícolas não eram vendidos, ocorria o sistema da troca entre famílias, quem tinha farinha trocava com aquela que tinha café e açúcar ou viceversa. Quando precisava vender algum produto, a venda era feita em Porto Seguro”. (Everton Braz, 2013, p.13).

“A caça também é uma atividade presente na nossa cultura. Meus pais contam que não existiam armas de fogo para caçar antigamente, por isso existiam várias técnicas próprias e diversos conhecimentos sobre a floresta, árvores frutíferas e tipos de terras. Então eles faziam armadilhas como: o mundel, fojo, arataca, laço e o quebra cabeça. Os animais que pegavam mais era a paca, o tatu, o tamanduá, o catitu, e o porco do mato.

Além da roça, da pesca e da caça, a coleta de frutos era um modo de sobrevivência dos meus velhos que ainda hoje praticamos. No nosso território tinha e continua tendo muitas frutas nativas, entre as quais o Cajú, o Ingá, a Mangaba, o Guaru, o Goti, o Araçá, etc.

Outra fonte de sobrevivência para os nossos antepassados Pataxó era a piaçava que era um recurso muito importante para a economia. Ela era recolhida na mata para a cobertura das casas, para fazer vassouras e, principalmente, para conseguir dinheiro para comprar alimentos, além de ser usada como material de troca por tecidos e produtos que não existiam em nosso território Pataxó.” (Everton Braz, 2013, p.17).

Acredito que meus parentes conseguiam viver bem quando nos referimos aos meios de sobrevivência. E também creio que muitas pessoas pensavam que o sofrimento tinha acabado, mas novamente em 1961 surgiu uma grande batalha que coloca mais uma vez à prova a resistência do meu povo.

No final do ano de 1960, o governo da Bahia faz a doação para a União da área onde o parque foi criado por meio do Decreto nº17.912-A de 28 de dezembro daquele ano. E após 18 anos do trabalho de demarcação realizado por Dr. Barros que é homologado e criado o Parque Nacional do Monte Pascoal pelo então Presidente Tancredo Neves, através do Decreto Federal nº 242 de 29 de novembro de 1961. De acordo com esse Decreto o parque foi criado em consideração ao Art.175 da Constituição Federal que coloca sob a proteção e cuidados especiais do Poder Público, monumentos e documentos de valor histórico, bem como os monumentos naturais as paisagens e os locais de particular beleza.

“O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS , usando da atribuição que lhe confere o art. 18, item III, da Emenda Constitucional nº 4, e

CONSIDERANDO a excepcional importância de que se reveste o Monte Pascoal, no Município de Pôrto Seguro, Estado da Bahia, não só pelo seu valor histórico, como pelas belezas oferecidas pela região;

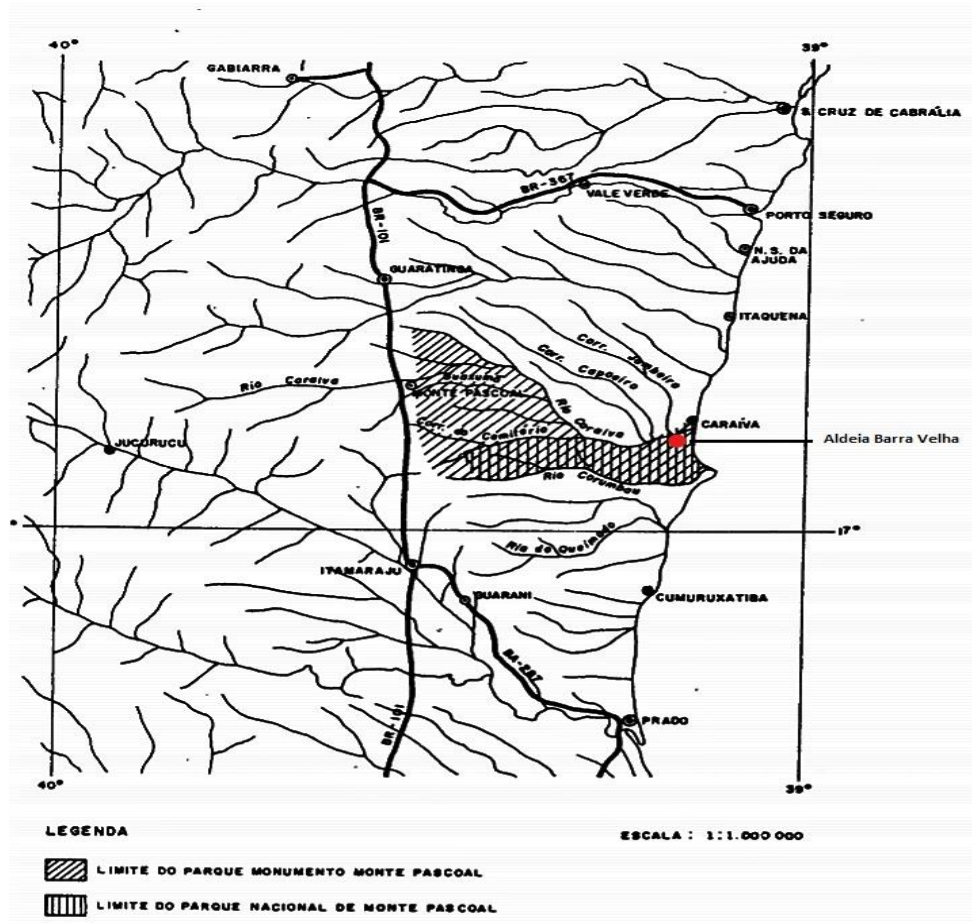
DECRETA: Art 1º Fica criado no Estado da Bahia, abrangendo terras do Município de Pôrto Seguro, o Parque Nacional do Monte Pascoal (P.N.M.P.), subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art 2º O Parque, ora criado, terá a área aproximada de 22.500 hectares e a seguinte linha divisória: A Leste - pela linha Costeira do Atlântico; ao Norte - margem direita do rio Caraiva, desde sua foz, até a confluência com o rio Cemitério seguindo por êste e sua margem direita até à altura aproximada do meridiano 39º25', onde encontra um formador, à margem direita do mesmo rio Cemitério; a Oeste - por êsse formador, no rumo aproximado sudoeste, logo depois Sul, até suas nascentes, nas proximidades, do Monte Pascoal e a noroeste dêste, ao Sul - pela margem esquerda do rio Corumbaú, até sua foz, no Oceano Atlântico”.(Cf. DECRETO Nº 242, NOVEMBRO DE 1961).

É de grande importância observarmos que no decreto acima citado, em nenhum momento é referida a presença do meu povo na área onde foi criado o PMNP e da mesma maneira aconteceu no Decreto nº 12.729/43, que autorizou o processo de criação desse parque. Mais uma vez meu povo foi ocultado pelo governo brasileiro, e foi devido o desprezo e desrespeito a nós Pataxó que de certa maneira já tinha ocasionado o “Fogo de 1951”. E outra

vez esse ocultamento acabou trazendo muito sofrimento para a meus parentes, como veremos mais adiante.

Com a efetivação da implatação do Parque a aldeia Barra Velha e toda área onde meu povo habitava e realizava as atividades de sobrevivência ficou totalmente em dentro do parque, como mostra o mapa a seguir, da área abrangida pelo Parque:



Mapa 2: retirado do Plano de Manejo do Parque Nacional do Monte Pascoal que representa a área do Parque (IBDF 1970).

Com a implantação definitiva do PMNP, passou a ser responsabilidade do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura fazer a gestão de toda área abrangida pelo parque. E o trabalho de proteger e fiscalizar foi passado para o IBDF, o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. E com a chegada dos guardas desse órgão para fazer o policiamento da área do parque que recomeça o sofrimento de meu povo e uma série de conflitos entre guardas e indígenas, como veremos no tópico seguinte.

4.1 O tempo da fome: A chegada do IBDF e o começo da restrição ao direito a viver da natureza.

Os mais velhos falam que “Barra Velha foi destruída duas vezes, a primeira foi pelo Fogo de 51 e a segunda pelo IBDF”. Essa afirmação é uma marca profunda na memória e na história do meu povo, nas conversas com os anciãos eles fazem questão de lembrar essa frase para que nunca nós jovens esqueçamos do sofrimento passado por eles e acima de qualquer situação sempre continuar lutando e buscando o direito do nosso povo.

Uma pessoa que desconhece a história do Povo Pataxó deve ficar meio confusa com a afirmação acima citada e certamente fará a seguinte questão: “ Como o IBDF destruiu Barra Velha?”. A resposta dessa questão representa uma dor incomensurável, porque no “Fogo de 51” a polícia usou a violência para massacrar meu povo e o IBDF, dessa vez, deixou as agressões físicas de lado e resolveu utilizar um método talvez mais cruel para destruir meu povo, que foi a fome.

Após ser decretado a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal no final de 1961, no ano seguinte chega para fazer a fiscalização e ao proteção do Parque os agentes de defesa, chefiado por Mirovaldo Siquara que era o chefe administrativo responsável por gerir o Parque. É a partir da chegada desses agentes de defesa que começa novamente o sofrimento de meu povo e mais uma vez a aldeia Barra Velha é destruída.

Como vimos anteriormente, até 1961 meu povo vivia bem, caçando, pescando, cultivando a terra, coletando mariscos e outros produtos da natureza. A sobrevivência estava na natureza, mas, com a criação definitiva do Parque Nacional do Monte Pascoal, todas essas atividades que eram realizadas para sobreviver foram proibidas, devido ao objetivo do Parque ser “preservar e proteger os recursos naturais”.

Segundo Everton Braz como “o IBDF era o órgão ambiental responsável pela administração do PNMP, e fazia várias imposições ao povo como não caçar, não plantar, não colher piaçava. Com isso, várias atividades que eram exercidas pela comunidade foram proibidas, pois segundo os gestores, a área do parque era destinada à preservação da fauna e da flora”. (Everton Braz, 2013, p.24). E isso gerou uma série de conflitos entre os agentes de defesa e índios.

É a partir dessas imposições do IBDF que meu povo começa a sofrer com a fome, e esse sofrimento reacende a luta pelo reconhecimento de nossa terra por parte do governo. Em uma

conversa com senhor Palmiro, um ancião que tem sua luta marcada na história e na memória Pataxó, ele relatou que o Siquara chegou em Barra Velha e falou o seguinte para seu pai Epifâneo, que era o Capitão naquela época : *“Oh Pifane a partir de agora isso tudo é parque, vocês não pode cortar uma vara se quer e nem fazer nada aqui dentro dessa área, os índios que tem alguma coisa dentro da área depois vai ser indenizado”*. (Senhor Palmiro 84 anos, aldeia Barra Velha, 12 de Novembro de 2016).

Todas as pessoas que moravam dentro da área onde foi criada o Parque tiveram que sair de seus lugares onde moravam e procurar outro lugar para morar. Depois que os “guardas do parque” – apelido dado aos agentes de defesa do PNMP – passaram a fiscalizar a área, ninguém podia mais fazer nada, eles fizeram uma base no Monte Pascoal e outra próxima a aldeia, na beira da praia, na estrada que dar acesso ao Corumbau. Os mais velhos falam que ninguém podia colocar o pé dentro do Parque, se alguém fosse pego na mata era totalmente repreendido e os guardas traziam essa pessoa escoltada até a aldeia. Meu povo passou a viver sobre grande privação do direito de plantar, caçar, pescar e circular dentro de sua própria terra.

De acordo com senhor José Ferreira, que trabalhou durante 20 anos como cacique da aldeia Barra Velha, o povo começou a passar por uma intensa dificuldade porque não podia colocar roça ou ir na mata ou no rio caçar e pescar o alimento para consumir e isso já estava causando desnutrição nas pessoas, como veremos no seu relato abaixo:

“Antes do IBDF chegar o índio já era dono do que era seu, ele não chegou por último não ele chegou primeiro, e é muito duro a gente ser dono do que é seu e não ter o direito, eu não vejo como isso pode acontecer. Os índios ficaram numa situação que metia pena a quem via eles naquela situação, fazia pena porque os índios tava na verdade sendo desnutrido que uma pessoa de 18 anos parecia uma pessoa de 8 anos de idade porque não tinha nem corpo e tava passando fome. Os meninos não crescia, tudo magrelo de comer mangaba verde e banana verde”. (Relato de José Ferreira 65 anos, aldeia Barra Velha, 09 de junho de 2016).

Cada vez mais se agravava a situação do meu povo e a desnutrição estava tomando conta das pessoas. Alguns alimentos do povo Pataxó até hoje são produzidos na roça, como a mandioca, bananas, abóbora, quiçaro e o aipim. Da mandioca é produzida a farinha, que é um dos alimentos mais importantes na dieta pataxó, maior parte dos demais alimentos são consumidos junto com a farinha, como por exemplo o peixe, a caça e os mariscos. Naquela época esses alimentos que formavam a base alimentar do meu povo e de onde era tirada toda a

proteína, carboidaratos e vitaminas que fortalecia e deixa o corpo saudável. E com a restrição do direito de meu povo cultivar a terra pelo IBDF, causou um desequilíbrio na alimentação.

As pessoas não podiam plantar roças, caçar e pescar e desse modo perdeu toda fonte de proteína que era conseguida através da carne dos animais e dos peixes, juntamente com os carboidratos da farinha. Então com toda essas privações, a alimentação do meu povo passou a ser naquela época mangaba¹¹, que é uma fruta predominante no Território Pataxó, a banana e mariscos, como o caranguejo. A coleta de mariscos era a única atividade que os guardas não tinham controle, mas mesmo assim eles fizeram uma cerca no caminho que dava acesso ao mangue para impedir o transito das pessoas para o manguezal.

Meu povo passou a viver literalmente do mangue, todos os dias as pessoas estavam no manguezal coletando caranguejos para alimentar suas famílias. Não é tarefa fácil coletar mariscos no mangue, porque a natureza tem seus ciclos e para realizar essa atividade é necessário ter o tempo certo e atenção às fases da lua. Tem tempo que os caranguejos estão magros, e outro em que eles estão trocando a casca e fica impróprio para o consumo. E ainda em certas fases da lua no mangue é quase impossível fazer essa tarefa devido a quantidade de insetos como mosquitos e mutucas que não deixam as pessoas entrarem dentro do manguezal.

De acordo com que os anciãos falam esse tempo foi o mais difícil de se viver, independente das condições do tempo ou dos ciclos da natureza as pessoas tinham que ir coletar mariscos no mangue, pois não tinham outra alternativa. Em uma conversa com senhor Pedro Ferreira, ele me falou do sofrimento vivido naquele tempo.

“A gente não tinha roça, o jeito era comer banana com caranguejo, se não tinha roça a gente só comia do mangue. Uma vez mesmo eu fui para mangue, a gente morava lá embaixo, chovendo, rapaz, cada um toró danado. Mesmo assim eu fui, quando cheguei lá no Pakuy – nome de um mangue -, eu olhei numa ilhazinha assim os caranguejos estava andando, eu logo peguei um tanto e coloquei no Samburá e voltei para trás. E agora para a gente comer esse caranguejo? Ainda bem que a mulher tinha derrubado um pé de banana fininho, e ela cozinhou essas bananas cada uma fininha, pisou e fez a paçoca e nós comeu com o caranguejo, todo dia era assim. Nós sofreu nessa Barra Velha, tinha um homem que vinha lá de cima do Rio Caraiva, com um jegue carregado de Beijú¹², tudo seco e aquelas farinha grossona e vendia aqui para gente em troca de caranguejo, era de tempo em tempo que ele vinha. Aí a gente comprava a farinha e o Beijú e no outro dia cedo ía para mangue pegar caranguejo para pagar ele. Ele já ia

¹¹ A mangaba pertence a espécie das *Hancornias*. E têm o seguinte nome científico: *Hancornias Speciosa*.

¹² Beijú é um tipo de bolo feito da mandioca.

acompanhando a gente para o mangue com o animal dele, então ele ficava cá esperando nós entrava no mangue pegava o caranguejo e dava a parte dele e ele carregava o animal e ia embora.” (Pedro Ferreira 71 anos, Aldeia Barra Velha 02 de Abril de 2017).

Com as difíceis condições de vida que tinha em Barra Velha, muitas pessoas optaram por ir trabalhar novamente nas fazendas da região para conseguir sustentar as famílias. E outras pessoas resolveram colocar roça e coletar piaçava mesmo com a proibição e a fiscalização dos guardas do Parque, e isso gerou um grande conflito entre guardas e indígenas. A primeira pessoa a enfretar o IBDF, foi Dona Josefa, ela já estava cansada de tanta restrição e de ver seu povo sofrendo de fome, e para tentar melhorar a alimentação de sua família Dona Josefa resolveu colocar uma roça, e essa atitude fez com que o chefe do parque Mirovaldo Siquara começasse a persegui-la com seus guardas, como conta José Ferreira, filho de Dona Josefa.

“Minha mãe também estava passando por grande sofrimento, entre nós filhos dela, ela tinha seis filhos e tinha o mais velho que se chama Ailton Ferreira e os outros era pequeno tudo criança e passando por grande privação, sem ter o direito de trabalhar e nem os mesmos que tomaram nossas terras não dava nada pra gente sobreviver, então o que eles queriam mesmo era botar a gente à força pra fora de nossa terra, isso era o sonho deles. Mas minha mãe resolveu lutar e falar o direito da gente, então ela mandou meu irmão botar uma roça e ela falou: “Eu já vi gente preso por roubar, por matar e estrupar, agora por trabalhar eu nunca vi prender ninguém”. Ela falou para meu irmão mais velho: “Você vai botar uma roça que nós não aguenta mais de fome, e se os guardas vim contra você, você não enfrentar as consequências eu em seu lugar que vou responder”, essas foi as palavras de minha mãe. Aí meu irmão foi fazer essa roça, e quando ele estava com uns três dias de serviço os servidor do IBDF percebeu que meu irmão estava fazendo o trabalho naquela área, pois todo dia ele ia e voltava então os guardas pesquisaram ele e encontrou ele fazendo a roça. Aí foi o primeiro problema que aconteceu com minha mãe, foi a primeira vez que ela foi ameaçada e presa em Itamarajú por botar uma roça para sobreviver e para dar comida a seus filhos. Mesmo com, isso ela continuou fazendo a roça dela e com uma semana o guardas voltaram no lugar e viram a roça sendo feita e foi quando eles falaram: - você derrubou a roça agora não queime, se a senhora queimar essa roça agora você vai parar na cadeia-. E ela disse: - eu vou queimar porque o difícil já foi feito que era derrubar. Ela foi intimada várias vezes em Itamarajú, mas nunca deixou de fazer sua roça, como os guardas viu que ela não tinha medo deles, eles deixaram ela plantar a roça dela, na época o índio não tinha condição de comprar arame então ela fez a cerca dela de vára, e quando as plantações estavam todas bonitas o que o guardas fizeram, ele foram lá derrubaram a cerca da velha e colocaram os cavalos deles dentro da roça e arracaram toda a plantação da velha minha mãe, e foi dai que começou a briga da minha mãe com o

IBDF, ela colocava a rocinha dela os guardas ia e derrubava.”
(José Ferreira 65 anos, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

Como colocar uma roça era difícil, alguns parentes se arriscavam a ir na mata escondido para coletar piaçava para tentar vender em Caraíva e assim conseguiam comprar alguns alimentos. Senhor Pedro Ferreira fez o seguinte relato de como as pessoas faziam para coletar a piaçava.

“Todo dias os guardas estavam aí empatando o pessoal trabalhar, para tirar piaçava o pessoal ia de noite, quando não era de noite era bem de tardezinha nesse horário os guardava não andava na mata por aí, e o pessoal ia lá tirava um pouquinho assim de piaçava vinha e limpava de noite e fazia uma trocha e colocava nas costas e ia bater em Caraíva vender de noite. E quando chegava lá no finado Luiz, que era um velhinho que comprava piaçava lá e tinha uma vendinha, ele já sabia quando o pessoal saía daqui de noite e batia na porta da casa dele, ele já sabia que era os índios com piaçava. Ia dois ou três cada um com a trocha de piaçava na costa, chegando lá ele pesava de noite fazia a conta e o pessoal comprava farinha, café, açúcar o peixe, de tudo que mais precisava era a farinha, então eles vendia a piaçava e comprava essas coisas e voltava de noite e no outro dia eles ia pra mata de novo. Teve uma vez que os guardas desconfiou, porque eles não andava aqui domingo e o pessoal aproveitava e tirava a piaçava, e uma vez os guardas pegou o finado Casaca e Manoel Suía em cima do pé de piaçava. Casaca estava lá em cima no pé da piaçava e Manoel Suía estava cá de baixo ajuntando as piaçavas e os guardas chegaram e meteram o revólver em cima de Casaca e atiraram nele e Manoel Suía saiu correndo pelo mato e veio bater em Barra Velha e quando ele chegou cá contou para o pessoal que os guardas tinha atirado em Casaca e ele tinha morrido e o pessoal ajuntou e foi atrás dele, e quando chegou meio da estrada quando eles olhou vinha Casaca correndo, os guardas só atiraram para meter medo nele. Manoel Suía pensava que tinha pegado algum tiro em Casaca. Outra vez foi Pelé que estava no mato colhendo piaçava e Zequinha e o companheiro dele que eles eram guardas pegaram ele. Os guardas queriam tomar a trocha de piaçava dele, ele disse que não entregava, então eles disse que ia atirar nele, e Pelé disse que não tinha medo deles e aí Pelé tomou o revólver de Zequinha e brigou com ele e andou rolando pelo chão lá. A gente não podia fazer nada aí, tudo era porque.”(Pedro Ferreira 71 anos, aldeia Barra Velha, 02 de Abril de 2017).

Os anciãos contam que eles viviam como se fossem ladrões, “roubavam aquilo que era seus de direito”. Andavam escondido pelas matas à noite para coletar piaçava ou até mesmo para ir trocar caranguejo com farinha na aldeia chamada Águas Belas, onde vivia um pequeno grupo parentes pataxó naquela época. Cansado de ver todo esse sofrimento que o povo estava passando o Capitão Epifâneo decidiu lutar pelos direitos de seu povo. A situação que Honório

não queria ver seu povo passando estava acontecendo e foi para isso não acontecer que ele iniciou a luta, e Epifâneo e seus filhos Luiz e Palmiro, começaram a dar continuidade a luta deixada por Honório.

Talvez se Honório tivesse conseguido fazer o governo reconhecer o Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal, toda aquela situação não estaria acontecendo, mas teve esses guerreiros que deram a continuidade à luta pelo reconhecimento do direito do povo Pataxó à terra, como veremos no capítulo seguinte.

5. A luta pela conquista da Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal

Meu povo sempre viveu em torno do Monte Pascoal e o monte é considerado sagrado, os anciãos falam que ele é a morada dos espíritos de nossos antepassados. Os filhos do lugar estavam sendo impedidos de viver na sua terra sagrada. Estavam passando fome e violações de direitos.

O povo Pataxó construiu ao longo de centenas de anos uma relação sagrada com o monte, em várias músicas do nosso ritual sagrado o *Awê Heruê* é explícita essa harmonia e encanto que nós temos pelo velho monte, como mostra o trecho da seguinte música: “sou Pataxó não nego meu natural, a minha aldeia é Monte Pascoal”. Para garantir que seu povo continuasse a viver em torno do monte foi que Hónorio iniciou a luta e Epifâneo e seus filhos deram continuidade para buscar o direito de viver no seu lugar originário, onde moram os espíritos de nossos antepassados e da natureza como veremos a partir de agora.

Em uma conversa com senhor Palmiro, ele me falou que seu pai Epifâneo foi trabalhar em um lugar perto de Trancoso chamado Itaquena. E numa de suas idas para o trabalho ele encontrou um senhor que morava em Caraíva e o incentivou a lutar pelo direito do nosso povo ao território. Como veremos a seguir:

“Então nós foi trabalhar, ali pra cá de trancoso na fazenda de um homem. Ai tinha um homem em Caraiva que chamava Oretino, ele era padrinho de meu pai, e ele falou para meu pai: “Pifâne você tá trabalhando aqui? Pifâne seu direito tá em Brasília, vocês são filho de Barra Velha, por quê vocês saiu de suas aldeias para trabalhar longe?”. Então meu pai falou: “É porque lá eles estão querendo botar a polícia de novo para massacrar com nós”. Então ele falou: “Olha Pifâne eu vou fazer uma carta para você ir em Brasília e lá tá os seus direitos”. Então meu pai, eu e meu irmão Luiz fomos para Brasília atrás dos nossos direitos.” (Palmiro Ferreira 84 anos, aldeia Barra Velha, 12 de Novembro de 2016).

É através desse incentivo que Epifâneo recebeu, que ele reacendeu sua determinação e resolveu lutar pelo direito nosso povo que estava sendo oprimido dentro de sua própria terra, passando fome e impedidos de trabalhar. De acordo ainda com a conversa com senhor Palmiro, para eles chegarem até Brasília tiveram que encarar uma dura e longa viagem, e passar por grande sofrimento, como mostra o trecho a seguir da conversa que tivemos.

“Então Oratino escreveu a carta e entregou para meu pai e ele falou: “Olha Pifâne você vai até o Prado e entrega essa carta para o delegado de lá, ele vai conseguir ajuda para você

ir em Brasília”. E fomos, sem dinheiro saímos andando daqui de Barra Velha até Prado, chegando lá meu pai foi até o delegado e entregou a carta pra ele, ele falou: “Olha meu tio, com essa carta você não vai até Brasília, eu vou conseguir três passagens para vocês ir até Nanuque, e vou fazer essa carta para você entregar ao delegado de lá”. Então ele levou nós lá onde pegava o ônibus e fomos para Nanuque, chegando lá meu pai foi até o delegado entregar a carta pra ele, então o delegado falou: “Meu tio, aqui a gente não pode te ajudar conseguir essas passagens para vocês ir para Brasília, eu vou levar vocês até a prefeitura para falar com o prefeito”.. Lá na prefeitura não conseguimos nada, e delegado fez um bilhete para a gente sair pedindo ajuda nas mercearias e nas casas das pessoas. E nós saíu pedindo de casa em casa, só conseguimos uma fera uns dava arroz, outros carne. E meu pai falou: “Olha vamos andando até Teófilo Ontoni, lá a gente vai até a prefeitura”. Então saímos andando até Teófilo Ontoni chegamos lá de noite o jeito foi dormir na calçada, e de manhã fomos na prefeitura e não conseguimos passagem, o jeito foi trabalhar por lá. Trabalhamos um mês e conseguimos um dinheiro e meu pai comprou a passagem até Belo Horizonte, lá conseguimos uma passagem na prefeitura até Goiás, na cidade de Goiandira, lá trabalhamos mais um mês e conseguimos dinheiro para ir até Brasília.” (Palmiro Ferreira 84 anos, aldeia Barra Velha, 12 de Novembro de 2016).

Ao chegarem em Brasília Epifâneo e seus filhos não sabiam onde era a sede da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e, segundo senhor Palmiro, eles tinham chegado cansados da viagem já quase anoitecendo, e seu pai foi até um bar pedir informação. Neste bar ele conheceu um deputado federal que conhecia Caraíva, esse deputado ajudou eles a se hospedar na pousada para indígena que tinha naquela época em Brasília. E também a ter uma audiência com o presidente da FUNAI.

Na audiência com o presidente da FUNAI, Epifâneo passou toda informação da situação que seu povo estava passando, sendo oprimido dentro de sua própria terra pelos guardas do IBDF. E solicitou ajuda com a intenção do IBDF devolver nossa terra, e o presidente garantiu tomar as devidas providências para que meu povo pudesse voltar a trabalhar e usufruir da natureza. Depois de quatro meses, Epifâneo e seus filhos voltaram de Brasília com mais esperança de se resolver as dificuldades que as pessoas estava passando.

Com oito dias que Epifâneo tinha chegado de viagem, o Mirovaldo Siquara chefe do Parque, foi até aldeia conversar com ele e levar uma proposta que o IBDF tinha a fazer para solucionar o problema que estava ocorrendo. E segundo conta o senhor Palmiro, o Siquara foi até irônico quanto ao esforço que Epifâneo tinha feito de ir até Brasília reivindicar o direito a

terra. E a proposta que foi apresentada pelo Mirovaldo Siquara não resolvia a situação que meu povo estava, como mostra outro trecho da conversa que tive com senhor Palmiro.

“E com oito dias o Siquara veio, e falou: “O Pifâne cadê os documentos de suas terras, fiquei sabendo que você foi em Brasília e vim cá ver esses papel”. E meu pai falou: “Olha por enquanto não tenho, mas nós temos nosso direito de viver nessa terra, nosso direito nos assiste aqui. Essa terra é nossa, meus avós, os pais deles, meu pai e tios, e eu nessa idade que estou nunca sai daqui da nossa terra, nosso direito é aqui”. E o quê o Siquara fez, pegou eu o Luiz para medir uma área para os parentes viver. Saimos andando pelo lugar onde Adalton mora subimos, passamos pelo lugar da escola e cortamos em linha reta até no Céu e lá ele fincou três marcos. E ele veio e falou: “A qui está suas terras Pifâne, tá medida”. Então meu pai falou: “Mas tenente você um homem da lei, uma pessoa sabida, você veio tirar terra ou foi água, essa área é quase tudo alagada, e como a gente vai comer. A gente somos algum pato para só comer piabas”. E Siquara falou: “Essa é suas área agora toma aqui o documento, agora vocês dar seus jeito de viver.”(Palmiro Ferreira 84 anos, aldeia Barra Velha, 12 de Novembro de 2016).

A área delimitada por Mirovaldo Siquara era muito pequena, equivalente a 210 ha, e a maior parte desse perímetro é alagado e composto de areia branca e logicamente impróprio para a agricultura. Não tinha como meu povo viver confinado naquela área, sem poder trabalhar ou fazer qualquer outra tarefa. E vendo que a situação não tinha resolvido Epifâneo decidiu novamente mandar seu filho Luiz juntamente com mais alguns parentes ir em Brasília conversar com o presidente da FUNAI. Epifâneo já estava idoso e cansado e não aguentava mais fazer a viagem, que ele tinha feito a pouco tempo atrás.

Com muita determinação e esperança, Luiz, Tururim e Alfredo saíram de Barra Velha rumo a Brasília a pé. Passaram por várias dificuldades dormindo nas calçadas e comendo cascas de bananas, mas conseguiram chegar em Brasília após três meses de viagem. Foram atendidos pelo presidente da FUNAI que prometeu mais uma vez solucionar o problema fundiário e a situação crítica que meu povo estava passando.

Ao passar poucos dias que Luiz tinha voltado de viagem, seu pai Epifâneo faleceu, e como o Luiz era filho mais velho, a comunidade decidiu depositar a confiança nele para ser o Capitão e dar continuidade a luta de seu pai. Muitas pessoas falam que o Luiz era muito jovem e inexperiente naquela época, ele não tinha a mesma fibra e coragem que seu falecido pai tinha.

O Capitão não tinha a força suficiente para questionar Mirovaldo Siquara e por isso ele fazia o que queria com meu povo. E isso fez a Dona Josefa, irmã do Capitão, atuar como liderança junto com ele na luta por nossos direitos. Segundo senhor José Ferreira, sua mãe

passou a lutar também pela terra, por ela ter ouvido uma conversa entre quatro guardas do IBDF, como mostra um trecho de seu relato a seguir:

“Depois da morte de meu avô, ficou um filho dele que a comunidade apoiou, substituindo velho ficou meu tio Luiz sendo como Capitão. O Luiz não tinha experiência, ele era um capitão que tudo que o povo falava ele concordava. E o meu tio deixou o IBDF tomar conta dele, pelo meu tio os guardas tinha tirado a gente do nosso lugar. Mas tinha minha mãe que era mais velha um pouco do que ele, quando ela percebeu que nosso povo ia ser jogado no mundo, ela tomou a frente do meu tio e falou: “ Se você quiser dar seu lugar para o IBDF você pode dar, mas eu não”. E daí minha mãe estava numa cacimba pegando água, e lá quatro guardas passando, mas não viu ela. Então ela conseguiu ouviu o que os guardas do parque ia conversando e um deles falou bem assim: “ Olha agora tá fácil de nós tomar a aldeia, quem dominava a aldeia morreu”, assim falou os guardas. Então foi quando minha mãe decidiu tomar as frentes e não deixou tudo ficar só na responsabilidade dele, alguma coisa que ela podia falar, ela falava. Foi aí que ela começou a lutar para garantir nosso território”.(José Ferreira 65 anos, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

Como o novo Capitão não possuía a mesma capacidade de lutar como seu pai, e as viagens feitas até Brasília não tinha dado muito resultado. A única medida que tinha acontecido foi o Mirovaldo Siquara aprisionar meu povo nas 210 ha de areia e água. E como vimos no relato do senhor José Ferreira, sua mãe foi à luta em defesa dos direitos de nosso povo. Como ela não sabia o caminho até Brasília ela resolveu buscar ajuda mais próxima, na cidade de Porto Seguro.

De acordo com senhor José Ferreira, Dona Josefa fez duas viagem até Porto Seguro andando. Da aldeia Barra Velha até Porto Seguro à distancia é pequena em comparação a Brasília, são cerca de 180 km, mas para uma pessoa caminhar esse trajeto, não é tarefa fácil. Como será apresentado no trecho a seguir, o senhor José Ferreira narra como foi como foi a viagem de sua mãe:

“Quando chegamos em Porto Seguro, minha mãe foi procurar uma parente que morava lá que saíu de Barra Velha no Fogo de 51, ela tinha saído corrida daqui também, o nome dela é Herminia. Nós dormiu lá na casa dela, e ela informou onde era a prefeitura. Então no dia seguintes fomos a prefeitura encontrar o prefeito. E quando ele nos recebeu minha mãe falou:”Olha prefeito eu vim lhe pedir um favor”. Ele disse que poderia ajudar dependendo do favor. A minha mãe falou o seguinte:”Prefeito antes de eu lhe falar o favor eu vou te fazer a seguinte pergunta, se o senhor tem um avô e este avô criou seu pai num lugar, depois seu avô morre fica seu pai e ele lhe cria nesse lugar, e depois seu pai morre e fica você e seus irmão,

esse lugar é de quem é?” Ele disse: “É meu e de seus irmãos, porque o meu avô foi criado lá e meu pai também, então esse lugar é nosso”. Então ela disse: “Prefeito eu moro num lugar, há muito tempo, desde o começo do mundo meu povo ocupava esse lugar, e agora o IBDF quer colocar a gente pra fora de lá, a gente tem direito nesse lugar?” Ele disse: “Tem, e é seus”. Aí ela disse: “Prefeito eu vim lhe pedir o seguinte favor, se o senhor pode me fazer uma carta diretamente ao presidente da república”. Então ele disse que poderia fazer a carta, e minha mãe falou que era pra ele escrever tudo que ela falasse e queria um retorno da carta. Minha mãe contou tudo o que estava acontecendo com nosso povo, que o IBDF queria matar o povo de fome, sem direito a colher a plantar, ela começou a contar das oito à duas horas da tarde. Então o prefeito terminou a escrita e mandou para o presidente, e ele disse que assim que chegasse o retorno ele mandaria avisar ela.” (José Ferreira 65 anos, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

É através dessa carta escrita pelo Prefeito de Porto Seguro a pedido de Dona Josefa que começa a ser resolvida a questão fundiária do meu povo. A carta foi recebida pelo Presidente Militar da República o senhor Emílio Garrastazu Médice. E ele escreveu uma outra carta para ser entregue em resposta a Dona Josefa, como mostra ou parte do relato de Senhor José Ferreira:

“Com oito dias depois, o mesmo prefeito mandou seu acessor vir aqui na aldeia Barra Velha, trazer a carta que o Presidente da República tinha mandado. Tinha um pessoal na praia pescando, quando chegou um barco grande e aportou, então desceu um homem e perguntou aos parentes que estavam na praia se eles conhecia uma índia chamada Josefa, e os parentes disse que conhecia e levou ele até a casa da minha mãe, chegando lá ele perguntou: “Oi Dona Josefa a senhora lembra de mim”, e minha respondeu: “É eu lembro de você”. Então ele disse: “Eu vim trazer a resposta de sua carta, o presidente mandou uma carta para a senhora. Aqui na aldeia tem alguém que sabe ler?” E minha falou que não tinha, então ele pediu a permissão da minha para ler a carta. E minha mãe mandou um de seus filhos ir chamar o pessoal para ouvir o que o presidente tinha escrito. Na carta tava escrito o Presidente escreveu que ele chorou quando leu a carta de minha mãe, e não estava acreditando que estava acontecendo aquilo com nossos parentes, e avisando que ele vinha em Porto Seguro para ver essa índia falar tudo que estava dito naquela carta para ele pessoalmente. E assim, mandou a data do dia 11 de Junho de 1969, que ele vinha em Porto Seguro encontrar com minha mãe, para ela contar tudo que tava escrito naquela carta para ele ouvir. E ele pediu para ela reunir sua comunidade toda para ir esperar ele uma hora da tarde em Porto Seguro”. (José Ferreira 65 anos, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

A carta que Dona Josefa pediu para ser enviada ao Presidente, teve um grande respaldo para meu povo e levou a um acontecimento histórico para a cidade de Porto Seguro. Essa foi a primeira vez que um Presidente da República visitou a cidade e essa notícia causou uma imensa

expectativa na população. E para meu povo era o fim de tanto sofrimento, e o começo de um novo tempo, e também de um futuro melhor. Com a intervenção do Presidente Médice que é resolvida parcialmente os problemas que meu povo estava passando relativo as restrições impostas pelo IBDF, como mostra outro trecho do relato do Senhor José Ferreira:

“Então quando estava chegando perto da data, nós fomos três dias antes para Porto Seguro, todo mundo andando, porque naquela época não tinha estrada e transporte. Gastamos três dias de viagem da aldeia Barra Velha até Porto Seguro, porque foi criança pequena e aquelas maior, as mulheres e os homens. Então quando chegamos em Porto Seguro o Prefeito tratou a gente bem, e ficamos até desconfiados com aquela atitude do Prefeito. E no dia seguinte o Prefeito falou para minha que era para todo mundo estar uma hora da tarde no aeroporto de Arraial D’Ajuda, aquele aeroporto que tem hoje Porto Seguro logo era em Arraial. No horário marcado nós fomos lá esperar o Presidente, primeiro chegou três aviões muito grande carregado de polícias e do exército e encheu o aeroporto de polícia, e os parentes ficaram com medo e já queriam correr, aí o Prefeito acalmou todo mundo dizendo que aqueles polícias eram para fazer a guarda do Presidente. E então depois chegou mais dois aviões grandes, e neles vieram Deputados, Ministros, Senadores e a comissão do Presidente e ele mesmo. Aí o Prefeito falou: “Olha Dona Josefa o primeiro homem que aparecer na porta daquele avião é o Presidente, assim que ele aparecer lá, nós vamos receber ele.” Então quando abriu a porta do avião ele desceu, e minha mãe mais o Prefeito foi até lá, e quando o Presidente encontrou a minha mãe ele se emocionou, ele falou bem assim: “Eu vim saber a verdade minha tia, isso que a senhora relatou na carta está acontecendo?” Ela disse que estava, ele disse: “Eu vim para resolver esses problemas”, e minha mãe disse: “É isso que eu espero Presidente, porque nós não aguentamos mais de passar por tanto sofrimento”. E aí seguimos para a igreja de Nossa Senhora D’Ajuda, lá que foi a reunião, chegando lá o Presidente disse: “Olha dona Josefa agora você escolhe quem vai ficar junto da senhora, eu quero aqueles que lutaram junto com a senhora, e não desfazendo dos demais, e a igreja não vai suportar esse tanto de pessoa”. Foi a primeira vez que um Presidente da República teve em Porto Seguro, tinha gente de todo canto para vê-lo e nem a metade conseguiu ver ele. Então o Presidente perguntou para minha mãe: “Minha tia, esse cara que atrapalhou vocês trabalhar, está por aqui? Qual é o nome dele?” E minha mãe respondeu: “É o Mirovaldo, ele que me humilhou e me fez sofrer, não só eu, mas também meus parentes”. O Presidente mandou alguém ir procurar o Mirovaldo Siquara, e aí encontraram ele, e ele foi até o Presidente e fez uma pergunta para ele: “Mirovaldo quando foi que passaram essa ordem para você proibir os índios trabalhar, sendo que os índios são os primeiros brasileiros e dono do Brasil e não tem o direito em seus territórios, quando você recebeu essa ordem?” Ele não ficou calado não, ele respondeu: “Essa ordem eu recebi de Vossa Excelência, do seu

governo.” O Presidente disse: “Não, essa ordem foi passada para não-índio, se alguma pessoa que não fosse índio tivesse usando essa área é lógico que tinha que ser punido, agora os índios eles são donos de suas terras, e por que você fez isso.” Mirovaldo não conseguiu responder essa pergunta do Presidente, então ele pediu os documentos dele para dar baixa no cargo de chefe do Parque. O Mirovaldo foi demitido ele saiu de lá envergonhado. Então o Presidente disse: “Agora nós vamos começar a reunião com os índios, e gostaria de fazer a seguinte questão Dona Josefa, como a senhora se sentiu hoje?” E minha mãe disse: “Presidente, depois que o senhor resolver nosso problema eu ficarei feliz, mas por enquanto só tá na conversa, não tem nada decidido quem decide é o senhor, você que vai resolver por nós e essa é a única oportunidade que temos”. E o Presidente disse: “Olha dona Josefa só vou te dizer o seguinte, se vocês não morreram até hoje, de hoje em diante vocês não morrerão nunca e não mais passarão por dificuldade, vou mandar a FUNAI para sua aldeia, e vamos tirar as suas terras e ela vai ser demarcadas, e vamos dar três anos de condição de tudo para vocês viver e trabalhar, mais saúde e educação”. Essas foram as palavras do Presidente e para nós foi um sonho que estava sendo realizado, então a FUNAI veio trabalhar com nós, e veio as condições para a gente viver.” (José Ferreira 65 anos, aldeia Barra Velha, 09 de Junho de 2016).

Após esse encontro de Dona Josefa e o Presidente Médice que abriu um novo horizonte para meu povo, e podemos ver na frase final do relato do Senhor José Ferreira, naquele momento estava se realizando um sonho. Sonho esse, que começou lá na década de 1940, com o Capitão Honório e depois passou para Epifâneo e seus filhos, Luiz, Palmiro e Dona Josefa e dentre outros.

A primeira ação tomada pelo governo, foi resolver o problema fundiário do meu povo. E na década de 1970, o IBDF e a FUNAI entraram em consenso, e então o IBDF liberou uma área de 8.627 hectares para meu povo viver. Essa área não é a metade do território que meu povo habitava quando Dr. Barros fez a delimitação do PMNP. Mesmo não sendo suficiente, essa área proporcionou ao meu povo o direito de trabalhar e usufruir da natureza.

O Rogério Fernandes Dias foi o servidor indicado pela FUNAI para ir morar na aldeia, sua família morava em Porto Seguro porque a Sede do Posto Indígena ainda ia ser construído, e ele ficava na aldeia. Ele tinha intenção de ajudar, criou alguns projetos para a aldeia e incentivou meu povo a buscar novos meios de sobrevivência, como o plantio de cacau, café e a pescar em alto mar. Entretanto a pesca no mar causou uma grande tragédia na aldeia, a FUNAI comprou um barco a pedido do Rogério para as pessoas pescarem, e em uma dessas pescarias saíram oito parentes para pescar em alto mar e nunca mais voltaram. Uma tempestade fez com

que o mar naufragasse o barco e matando os oito tripulantes. Esse fato causou um desespero muito grande na aldeia e é lembrado até hoje.

Então em 1978 foi inaugurada o Posto Indígena da FUNAI em Barra Velha, uma estrutura grande, quem tem casas de moradia, sala de aula, posto de saúde e depósito. Para a inauguração compareceu o Presidente da FUNAI o General Smarth Araújo de Oliveira, e sua comitiva com vários técnicos, também professores para dar aulas as crianças, médicos para fazer o atendimento das pessoas, e os pesquisadores da UFBA Pedro Agostinho e Mária do Rosário para fazer o estudo dessa área “doada” pelo IBDF para ser a Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal. A FUNAI passou a exercer sua responsabilidade, que era de fomentar e apoiar ações que garantisse a saúde, educação e o desenvolvimento econômico do meu povo.

Meu povo passou a ter grande respeito pela FUNAI, muitos anciãos que vivenciaram aquele tempo de sofrimento têm tanta consideração, que a apelidaram de “Mamãe FUNAI”. Porque para eles, as condições de vida só melhoraram após a chegada desse órgão na aldeia. E realmente melhorou, a presença do órgão dentro da aldeia proporcionou facilidade o trabalho das lideranças. Toda e qualquer reivindicação era passada para o Chefe de Posto que fazia o possível para atender as necessidades da aldeia.

Através das ações da FUNAI a comunidade fez um campo de pouso de aviões e isso possibilitou que uma equipe médica prestasse assistência na aldeia, além de transportar de avião as pessoas com doenças mais graves até as cidades. Foi adquirido um sistema de abastecimento de água e comunicação via rádio, a compra de dois barcos para a pesca, e os seguintes projetos para o sustento das famílias: A cooperativa que fornecia sementes, adubos e ferramentas para a agricultura, incentivo para criação de suínos e galinhas e a horta escolar.

Em 1982 foi finalizado o Relatório Circunstânciado de Identificação e Delimitação da reconhecida a Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal. E em 1988 o governo o governo resolveu “reconhecer” 8.627 hectares no entorno de Barra Velha como área “de posse imemorial indígena”, propondo que fosse regulamentada com o nome de “Colônia Indígena Barra Velha”. E essa área é homologada em 1991 por meio do Decreto nº 396, de 24 de Dezembro deste mesmo ano.

E concluindo através da luta desses anciãos que meu povo conquistou o direito a terra, hoje temos um grande respeito e admiração por eles, além deles serem o símbolo da luta e resistência do povo Pataxó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando comecei a construir esse trabalho meu maior interesse era conhecer de uma maneira profunda a história do meu povo, da minha aldeia, e a história de luta dos anciões Pataxó para ter o direito a terra. E as violações de direitos que meu povo sofreu pela Polícia Militar da Bahia e com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal. Ao escrever sobre esses temas queria dar visibilidade e valorização a memória dos anciões que lutaram durante 30 anos para sobreviver e conquistar a terra.

Concluindo esse trabalho pude perceber que a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal apresenta aspectos diferentes. Como consequência, esse fato fez com que as lideranças Pataxó iniciassem a luta pela garantia do direito a terra, e em meio a essa luta ocorreu o “Fogo de 51”, que trouxe grande sofrimento para meu povo. E por outro lado se o Parque não fosse criado talvez aconteceria uma tragédia ainda maior que o “Fogo de 51”. Porque os madeireiros e fazendeiros estavam invadindo o território onde meu povo habitava, e a criação do Parque conseguiu frear essa invasão, e impediu que começasse um conflito devastador entre indígenas, fazendeiros e madeireiros.

Outro fato que pude descobrir ao longo deste trabalho, é que as lideranças lutaram em busca da terra que foi demarcada por Dr. Barros. Vários anciões falam que a terra que hoje é homologada, não corresponde ao território Pataxó, como fala meu avô José Sales: *“A nossa área que Dr. Barros demarcou, são de 52.000 hectares, e nós moramos hoje quase 5.000 indígenas em 8.627 hectares, foi que o governo liberou para nós. A nossa terra é a que o Parque tomou conta”*. É fundamentado nesse questionamento dos anciões que hoje as lideranças estão lutando em busca da ampliação de nossa terra.

Com esse trabalho acredito que conseguir contribuir para complementar e dar visibilidade à história Pataxó. E também para valorizar e respeitar a memória dos anciões que participaram dessa luta contra o Parque, e resitiram a tanto sofrimento.

Espero que como resultado, meu trabalho possa ser utilizado por indígenas e não-indígenas que buscam conhecer através do diálogo que fiz entre os conhecimentos que estão escritos e o que estão na memória, a história do meu povo, a luta para garantir o direito à Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal, e as violações de direitos sofridas por meu povo em 1951 e com a homologação do Parque em 1961 até a década 1970.

Contar a história de um povo é um processo contínuo, a cada nova pesquisa e trabalho que são realizados novos fatores são descobertos, e vão complementando os que já existem. Esse trabalho é apenas um dos muitos que virão.

ANEXOS

Fotografias da Aldeia Barra Velha do ano de 1978, período em que começa a melhorar as condições de vida do meu povo.



Foto 1: Imagem da Inauguração da Sede da FUNAI em Barra Velha. (1978)



Foto 2: Imagem do barco comprado pela FUNAI para incentivar a pesca no mar e para meio de transporte para comunidade. (1978)



Foto 3: Imagem do Ex-Cacique Tururim e da equipe médica. (1978)



Foto 4: Imagem dos primeiros estudantes da Escola Indígena Pataxó de Barra Velha. (1978)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves – “*Os Pataxó de Barra Velha. Seu Subsistema Econômico*” (UFBA, 1977). Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal da Bahia

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves - *Relatório Circunstanciado de Identificação da TI Pataxó Monte Pascoal*. 1982. (FUNAI, Processo: 2556/82).

ASSIS, Luiz Guilherme Resende: “*A produção de instrumentos de mediação de conflitos socioambientais: o caso da sobreposição entre o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxós do Monte Pascoal e o Parque Nacional do Monte Pascoal.*” (UNB, 2004). Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de Brasília.

MAXIMILIANO, Wied-Neuwied: “*Viagem ao Brasil.*” (1820). Livro publicado na Alemanha.

SANTOS, Everton Braz: “*Os artesanatos de sementes confeccionados pelos moradores da aldeia Pataxó Barra Velha*”. (Sul da Bahia). 2014. Monografia (Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas – Habilitação: Matemática). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PIEI – Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais. Convênio SEE MG, UFMG, FUNAI, IEF. Elaboração: Professores indígenas de Minas Gerais. “*O Povo Pataxó e sua História*” (MEC, UNESCO, SEE- MG, 1997).

Povo Pataxó. “*Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo pataxó do Extremo Sul da Bahia*”. Atxohã. Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

CESE. Uma história de resistência Pataxó. Professores indígenas do Extremo Sul da Bahia (Org.). Salvador: Associação Nacional de Ação Indigenista, 2007.

Entrevistas e Relatos:

FERREIRA, Palmiro. Aldeia Barra Velha, Porto Seguro/BA, em 12 de Novembro de 2016. Entrevista concedida a Leandro Braz dos Santos.

FERREIRA, Palmiro. [Relato no Seminário “Olhar Pataxó sobre o Fogo de 51”], promovido pela Escola Indígena Pataxó de Barra Velha, 09 de Junho de 2016.

FERREIRA, José. [Relato no Seminário “Olhar Pataxó sobre o Fogo de 51”], promovido pela Escola Indígena Pataxó de Barra Velha, 09 de Junho de 2016.

FERREIRA, José. [Relato na oficina de História Oral do Seminário “A História do Ponto de Vista Indígena: Violações de Direitos Indígenas e a Comissão Nacional da Verdade”], promovido pelo FIEI-FAE-UFMG, e coordenado e organizado pela habilitação Ciências Sociais e Humanidades, Belo Horizonte, Setembro de 2015.

SALES, José. [Relato no Seminário “Olhar Pataxó sobre o Fogo de 51”], promovido pela Escola Indígena Pataxó de Barra Velha, 09 de Junho de 2016.

SALES, Sales. [Relato na oficina de História Oral do Seminário “A História do Ponto de Vista Indígena: Violações de Direitos Indígenas e a Comissão Nacional da Verdade”], promovido pelo

FIEI-FAE-UFMG, e coordenado e organizado pela habilitação Ciências Sociais e Humanidades, Belo Horizonte, Setembro de 2015.

CONCEIÇÃO, Maria. [Relato no Seminário “Olhar Pataxó sobre o Fogo de 51”], promovido pela Escola Indígena Pataxó de Barra Velha, 09 de Junho de 2016.

FERRAIRA, Pedro. Aldeia Barra Velha, Porto Seguro/BA, em 02 de Abril de 2017. Entrevista concedida a Leandro Braz dos Santos.